

**PROGRAMA DE DISCIPLINA
ACESSO À JUSTIÇA E TUTELA DE DIREITOS**

INFORMAÇÕES GERAIS

Código:	Créditos: 04	Carga Horária: 60 horas-aula	Tipo: Obrigatória
Prof. Dr. Antônio Carlos Prof. Dr. Tarsis Barreto			Matrícula:

1 EMENTA

O papel do Estado na administração da Justiça. A tutela dos direitos no estado liberal. Os direitos transindividuais e as garantias fundamentais. O acesso à Justiça como direito fundamental. Tutela dos direitos coletivos. Categorias de Interesses. Mecanismos materiais e processuais de soluções de conflitos. O acesso à Justiça como problema ético social.

2 BIBLIOGRAFIA

Bouchet Paul. L'accès à la justice. In: Raison présente, n°116, 4e trimestre 1995. Justice et droits. pp. 5-10; BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – Vers. e atual. – Brasília: SDH/PR, 2010. 228 p. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direitopara-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil. Revista Direitos Humanos. N° 5. Edição Especial. PNDH-III. Brasília: SDH-PR, abr.2010.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Porto Alegre, RS: Sergio Antonio Fabris, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o Longo Caminho. 7a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. CEZAR, Alexandre. Acesso à justiça e cidadania. Cuiabá: EdUFMT.

COELHO, Marcus Vinicius Furtado. O Sistema de Justiça Multiportas no Novo CPC. segunda-feira, 6 de julho de 2020. link: <https://www.migalhas.com.br/coluna/cpc-marcado/330271/o-sistema-de-justica-multiportas-no-novo-cpc>.

DALLAR, Sueli Gandolfi. Démocratie participative : le rôle du pouvoir judiciaire. La Revue des droits de l'homme. N° 3. 2013.

DIONNE, A. B. et BERNHEIM, E. Accès à la justice et injustices épistémiques : état des lieux, obstacles et possibles. Sous la direction de Baptiste Godrie, Marie Dos Santos et Simon Lemaire. Lucidités subversives : Dialogues entre savoirs et disciplines sur les injustices épistémiques. Québec : Éditions science et bien commun, 2021.

DUTRA, Tônia Andrea Horbatiuk. Para além da justiça ambiental: direitos da natureza na perspectiva da justiça ecológica. Revista de Direitos Difusos. v. 70 – Julho-Dezembro/2018.

EQUAL ACCESS TO JUSTICE FOR INCLUSIVE GROWTH PUTTING PEOPLE AT THE CENTRE. (Paris: OCDE, 2019) 15, <https://doi.org/10.1787/597f5b7f-en>.

HORTA, José L. Borges. e SALGDO, K. História, Estado e idealismo alemão. Belo Horizonte: EDUFMG, 2017.

LEITCH, Jennifer Ann. Having a Say: 'Access to Justice' as Democratic Participation. UCL Journal of Law and Jurisprudence. March 2015.

MENIGHIN, Renata Prado. Conflito ambiental judicializado: uma análise da praia da Cinelândia no litoral aracajuano - Sergipe/Brasil. PRODEMA/UFS: São Cristóvão, SE, 2022.

PARTENARIAT POUR UN GOUVERNEMENT OUVERT. La démocratie au-delà des urnes (en anglais), https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2019/06/OGP-Brochure_Democracy-Beyond-Ballot-Box.pdf. PEDROSO, João Antônio Fernandes Pedroso. Acesso ao Direito e à Justiça: um direito fundamental em (des)construção: O caso do acesso ao direito e à justiça da família e das crianças. Coimbra, 2011.

OFFICE DES NATIONS UNIES CONTRE LA DROGUE ET LE CRIME. Principes et lignes directrices des Nations Unies sur l'accès à l'assistance juridique dans le système de justice pénale. Nations Unies. New York, 2013.

SANTOS, Boaventura S. Introdução à sociologia da administração da justiça. Revista Crítica de Ciências Sociais N. 21. Nov. 1986, p.11-44.

SANTOS, Antônio Carlos dos. Variações conceituais entre a ética e a moral. Revista de Filosofia da Unisinos. São Leopoldo, 22(2):1-10, 2021.

SADEK, M. T. REVISTA USP. n. 101 São Paulo, p. 55-66 • março/abril/maio 2014.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e Direitos Humanos: Alteridade e Ética no Movimento de Expansão dos Direitos Universais. Mana, vol. 12, no 1, 2006.

SILVA, Marco Antonio Marques da. Acesso à justiça penal e estado democrático de direito. 1. ed. São Paulo, SP: Juarez de Oliveira, 2001.

TREMBLAY, Minville. « La justice participative ». Dans Justice participative : Collection des habiletés 2018-2019. Sous la direction de Jocelyne Tremblay, p. 1-27. 2018. École du Barreau. Barreau du Québec.

WAGNER, Richard. L'accès à la justice : un impératif social. COUR SUPRÊME DU CANADA. 14/05/2019. <https://www.scc-csc.ca/judges-juges/spe-dis/rw-2018-10-04-fra.aspx>

PROGRAMA DE DISCIPLINA ACESSO À JUSTIÇA E TUTELA DE DIREITOS			
INFORMAÇÕES GERAIS			
Código: CHU994	Créditos: 02	Carga Horária: 30 horas-aula	Tipo: Obrigatória
Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos Prof. Dr. Tarsis Barreto Oliveira			Matrícula: 04266031
1.EMENTA			
O papel do Estado na administração da Justiça. A tutela dos direitos no estado liberal. Os direitos transindividuais e as garantias fundamentais. O acesso à Justiça como direito fundamental. Tutela dos direitos coletivos. Categorias de Interesses. Mecanismos materiais e processuais de soluções de conflitos. O acesso à Justiça como problema ético social.			
2. OBJETIVOS			
1.1 Objetivo Geral			
Pensar o acesso à justiça no Brasil como um direito fundamental do cidadão e as razões pelas quais esse acesso é negado ou dificultado para a maior parte da população.			
1.2 Objetivos Específicos			
1) Compreender o conceito de Estado e de Direito; 2) Analisar os dilemas que envolvem a questão da democratização da Justiça; 3) Debater o papel dos Direitos Humanos no acesso à justiça; 4) Analisar as reivindicações dos movimentos sociais e a judicialização ambiental; 5) Discutir a negação do acesso à justiça enquanto um problema ético e político.			
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
1) Acesso à justiça enquanto parte do princípio à dignidade à pessoa humana; 2) O que impede o acesso à justiça de forma igualitária? 3) Acesso ao judiciário, democracia e valores republicanos; 4) A judicialização ambiental ou quando a ética não é considerada; 5) A ética e a justiça ambiental em questão;			
4. METODOLOGIA			
1.1 Ensino			
As aulas serão ministradas de forma concentrada, em cinco dias, e virtualmente, conforme orientações da UFT. Elas ocorrerão, grosso modo, em duas partes: na primeira, o Professor fará uma exposição sobre o tema central e depois ele convidará os presentes ao debate, conversa ou simplesmente às perguntas. Na segunda parte da aula terá a presença de um (a) docente convidado (a) para discutir o tema da aula daquele dia. Na sequência, será aberto para debate. Assim, cada aula teremos um texto a ser debatido e analisado com a presença de um professor (a) convidado (a). No último dia faremos uma avaliação do curso.			
1.2 Avaliação			
A nota final da disciplina obedecerá às exigências de um Programa de Pós-graduação: a produção de um texto, no formato de um artigo, que tenha claramente relação com os temas abordados na disciplinas. Os trabalhos serão avaliados segundo os seguintes critérios: clareza e objetividade, organização, relevância das informações,			
5. REFÊRENCIAS			
1.3 Básicas			
Bouchet Paul. L'accès à la justice. In: Raison présente, nº116, 4º trimestre 1995. Justice et droits. pp. 5-10; BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF:Senado, 1988. BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – Vers. e atual. – Brasília: SDH/PR, 2010. 228 p. Disponível em: http://www.sdh.gov.br/assuntos/direitopara-			

todos/programas/pdfs/programa-nacional-de- direitos-humanos- pndh-3
 BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil. Revista Direitos Humanos. Nº 5. Edição Especial. PNDH-III. Brasília: SDH-PR, abr.2010.
 CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Porto Alegre, RS: Sergio Antonio Fabris, 1988. CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o Longo Caminho. 7a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
 CEZAR, Alexandre. Acesso à justiça e cidadania. Cuiabá: EdUFMT.
 COÊLHO, Marcus Vinicius Furtado. O Sistema de Justiça Multiportas no Novo CPC. segunda-feira, 6 de julho de 2020. link: <https://www.migalhas.com.br/coluna/cpc-marcado/330271/o-sistema-de-justica-multiportas-no-novo-cpc>. Acessado em 3/5/2022.
 DALLAR, Sueli Gandolfi. Démocratie participative : le rôle du pouvoir judiciaire. La Revue des droits de l'homme. Nº 3. 2013.
 DIONNE, A. B. et BERNHEIM, E. Accès à la justice et injustices épistémiques : état des lieux, obstacles et possibles. Sous la direction de Baptiste Godrie, Marie Dos Santos et Simon Lemaire. Lucidités subversives : Dialogues entre savoirs et disciplines sur les injustices épistémiques. Québec : Éditions science et bien commun, 2021.
 DUTRA, Tônia Andrea Horbatiuk. Para além da justiça ambiental: direitos da natureza na perspectiva da justiça ecológica. Revista de Direitos Difusos. v. 70 – Julho-Dezembro/2018.
 EQUAL ACCESS TO JUSTICE FOR INCLUSIVE GROWTH PUTTING PEOPLE AT THE CENTRE. (Paris: OCDE, 2019) 15, <https://doi.org/10.1787/597f5b7f-en>.
 HORTA, José L. Borges. e SALGDO, K. História, Estado e idealismo alemão. Belo Horizonte: EDUFMG, 2017. LEITCH, Jennifer Ann. Having a Say: 'Access to Justice' as Democratic Participation. UCL Journal of Law and Jurisprudence. March 2015.
 MENIGHIN, Renata Prado. Conflito ambiental judicializado: uma análise da praia da Cinelândia no litoral aracajuano - Sergipe/Brasil. PRODEMA/UFS: São Cristóvão, SE, 2022.
 PARTENARIAT POUR UN GOUVERNEMENT OUVERT. La démocratie au-delà des urnes (en anglais), https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2019/06/OGP-Brochure_Democracy-Beyond-Ballot-Box.pdf.
 PEDROSO, João Antônio Fernandes Pedroso. Acesso ao Direito e à Justiça: um direito fundamental em (des)construção: O caso do acesso ao direito e à justiça da família e das crianças. Coimbra, 2011.
 OFFICE DES NATIONS UNIES CONTRE LA DROGUE ET LE CRIME. Principes et lignes directrices des Nations Unies sur l'accès à l'assistance juridique dans le système de justice pénale. Nations Unies. New York, 2013. SANTOS, Boaventura S. Introdução à sociologia da administração da justiça. Revista Crítica de Ciências Sociais N. 21. Nov. 1986, p.11-44.
 SANTOS, Antônio Carlos dos. Variações conceituais entre a ética e a moral. Revista de Filosofia da Unisinos. São Leopoldo, 22(2):1-10, 2021.
 SADEK, M. T. REVISTA USP. n. 101 São Paulo, p. 55-66 • março/abril/maio 2014.
 SEGATO, Rita Laura. Antropologia e Direitos Humanos: Alteridade e Ética no Movimento de Expansão dos Direitos Universais. Mana, vol. 12, no 1, 2006.
 SILVA, Marco Antonio Marques da. Acesso à justiça penal e estado democrático de direito. 1.ed. São Paulo, SP: Juarez de Oliveira, 2001.
 TREMBLAY, Minville. « La justice participative ». Dans Justice participative : Collection des habiletés 2018-2019. Sous la direction de Jocelyne Tremblay, p. 1-27. 2018. École du Barreau. Barreau du Québec.
 WAGNER, Richard. L'accès à la justice : un impératif social. COUR SUPRÊME DU CANADA. 14/05/2019. <https://www.scc-csc.ca/judges-juges/spe-dis/rw-2018-10-04-fra.aspx>.

PROGRAMA DE DISCIPLINA			
DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL			
INFORMAÇÕES GERAIS			
Código:	Créditos: 02	Carga Horária: 30 horas-aula	Tipo: Optativa
Prof. Dr. Aloísio Alencar Prof. Dr. Oneide Perius			Matrícula:
1 EMENTA			
Democracia e efetividade dos Direitos Humanos. Déficit democrático e ascensão de novos regimes totalitários. Neoliberalismo e Direitos humanos. Racismo e Democracia. Feminismo e democracia. Diversidade e dignidade da pessoa humana. Estado, Sociedade e Eficácia dos Direitos Humanos. Violência e direitos humanos. Biopolítica e Direitos Humanos. Aplicação dos Direitos humanos na prestação jurisdicional.			
2 BIBLIOGRAFIA			
Básica BEETHAM, D. Democracy and human rights. Cambridge: Polity, 1999. BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. FRASER, Nancy. Justiça Interrompida: reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”. Trad: Ana Cláudia Lopes e Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2022. RANCIÈRE, Jacques. O ódio à democracia. São Paulo, Editora Boitempo, 2014. Complementar AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção. Trad: Iraci Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004. ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. Trad: Roberto Raposo. São Paulo: Cia das Letras, 1989. BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. In: Escritos sobre Mito e Linguagem 1915-1921. Trad: Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo, Ed.34, p.121-156, 2011. BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade. Fragmentos de um Dicionário Político. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 22. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019. DERRIDA, Jacques. Força de Lei: o fundamento místico da autoridade. Trad: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2007. FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel Jaeggi. Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica. Tradução Nathalie Bressiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. FRASER, Nancy. Fortunes of feminism: from state-managed capitalism to neoliberal crisis and beyond. Brooklyn: Verso, 2013. FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. ¿Redistribución o reconocimiento? Un debate político-filosófico. Tradução Pablo Manzano. Madrid: Ediciones Morata, 2006. FREEMAN, M. Human rights. 3.ed. Cambridge: Polity, 2017. HAN, Byung-Chul. Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Ayné, 2018. HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Vol I e II. Trad: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. HILL, D.. Democracy and the concept of personal integrity rights. In: The Journal of Politics, 78(3), 822-835, 2016. HONNETH, Axel. Freedom's Right: The Social Foundations of Democratic Life. New York: Columbia University Press, 2014. HONNETH, Axel. Reificação: Um estudo de teoria do reconhecimento. Trad: Rúriom Melo. São Paulo: Editora UNESP, 2018. LINDAHL, Hans. Democracy and the symbolic constitution of society. Ratio Juris, March 1998. MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. São Paulo: n-1 edições, 2018. PACÍFICO, Amanda. Giorgio Agamben: a condição da vida humana no estado de exceção. São Paulo: Editora Dialética, 2021. PINZANI, Alessandro. Democracia versus tecnocracia: apatia e participação em sociedades complexas. In: Lua Nova, nº 89, pp. 135-168, 2013. RANCIÈRE, Jacques. Dissensus: on politics and aesthetics. Londres/Nova York: Bloomsbury Academic, 2015. RAWLS, John. O liberalismo político. Tradução Álvaro de Vita. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011. SCHUMPETER, J. A. Capitalism, socialism and democracy London: Routledge, 2013. SERRANO, Pedro E. Autoritarismo e golpes na América Latina. São Paulo: Alameda, 2016. STANLEY, Jason. Como Funciona o Fascismo. Porto Alegre: LPM, 2018.			

PROGRAMA DE DISCIPLINA			
DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL			
INFORMAÇÕES GERAIS			
Código: CHU2014	Créditos: 02	Carga Horária: 30 horas- aula	Tipo: Obrigatória
Prof. Dr. Oneide Perius Prof. Dr. Aloisio Alencar Bolwerk			Matrícula: 1777382 Matrícula: 2627150
1 EMENTA			
Democracia e efetividade dos Direitos Humanos. Déficit democrático e acenssão de novos regimes totalitários. Neoliberalismo e Direitos humanos. Racismo e Democracia. Feminismo e democracia Diversidade e dignidade da pessoa humana. Estado, Sociedade e Eficácia dos Direitos Humanos. Violência e direitos humanos. Biopolítica e Direitos Humanos. Aplicação dos Dirietos humanos na prestação jurisdicional.			
2.1 Objetivo Geral			
Estudar os direitos humanos com foco em uma leitura crítica da racionalidade dos sistemas políticos e jurídicos que ameaçam a efetividade destes direitos nas sociedades contemporâneas			
2.2 Objetivos Específicos			
1. Investigar mecanismos de salvaguarda da dignidade da pessoa humana no contexto de defesa dos Direitos Humanos. 2. Analisar as questões atinentes ao Direito Penal do inimigo como inscrição do estado de Exceção na própria estrutura do Direito. 3. Analisar as questões atinentes à tolerância religiosa, fundamentalismo, multiculturalismo e fenomenologia do preconceito. 4. Investigar as relações entre a Biopolítica e os Direitos Humanos;			
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
1- O lugar dos direitos humanos na nova ordem político-econômica mundial 2- Racionalidade, violência e Direitos Humanos 3- Totalidade e Diferença. Alternativas filosóficas 4- A Justiça em John Rawls. 5- Diversidade e dignidade da pessoa humana. 6- Estado, Sociedade e Eficácia vertical e horizontal dos Direitos Humanos.			
4 METODOLOGIA			
A metodologia adotada privilegiará a participação coletiva, a reflexão crítica e o debate naconstrução do conhecimento. Alguns procedimentos serão: - Aulas expositivas dialogadas; - Leitura e interpretação de textos; - Debates; - Estudos em grupos; - Leitura prévia de textos a serem indicados ao longo do desdobramento da disciplina;			
5 BIBLIOGRAFIA			
Básica			
BEETHAM, D. Democracy and human rights. Cambridge: Polity, 1999. BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. FRASER, Nancy. Justiça Interrompida: reflexões críticas sobre a condição “pós- socialista”. Trad: Ana			

Cláudia Lopes e Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2022.
RANCIÈRE, Jacques. O ódio à democracia. São Paulo, Editora Boitempo, 2014.

Complementar

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua. Trad: Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
 . Estado de Exceção. Trad: Iraci Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. Trad: José Rubens Siqueira. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
 . Origens do Totalitarismo. Trad: Roberto Raposo. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. In: Escritos sobre Mito e Linguagem 1915-1921. Trad: Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo, Ed.34, p.121-156, 2011.
BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade. Fragmentos de um Dicionário Político. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 22. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

CROUCH, Colin. Post-Democracy. Cambridge, UK: Polity, 2004.
 . The Strange Non-death of Neoliberalism. Cambridge, UK: Polity, 2011. DAVIES, W. The Limits of Neoliberalism. London: SAGE, 2014.
DERRIDA, Jacques. Força de Lei: o fundamento místico da autoridade. Trad: Leyla Perrone- Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel Jaeggi. Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica. Tradução Nathalie Bressiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
 . Fortunes of feminism: from state-managed capitalism to neoliberal crisis and beyond. Brooklyn: Verso, 2013.
 ; HONNETH, Axel. ¿Redistribución o reconocimiento? Un debate político-filosófico. Tradução Pablo Manzano. Madrid: Ediciones Morata, 2006.
FREEMAN, M. Human rights. 3.ed. Cambridge: Polity, 2017.
HAN, Byung-Chul. Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Ayné, 2018.
HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Vol I e II. Trad: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império. Trad: Berilo Vargas. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
HILL, D.. Democracy and the concept of personal integrity rights. In: The Journal of Politics, 78(3), 822–835, 2016.
HONNETH, Axel. Freedom's Right: The Social Foundations of Democratic Life. New York: Columbia University Press, 2014.
 . Luta por Reconhecimento, a gramática moral dos conflitos sociais. 2.ed. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2009.
 . Reificação: Um estudo de teoria do reconhecimento. Trad: Rúion Melo. São Paulo: Editora UNESP, 2018.
LINDAHL, Hans. Democracy and the symbolic constitution of society. Ratio Juris, March 1998, v. 11, n. 1.
MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
 . Crítica da razão negra. São Paulo: n-1 edições, 2018.
MERRY, Sally Engle. Human Rights and Gender Violence. Translating International Law into Local Justice. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
MOURA, Marcelo Oliveira de. (Org.) Irrompendo no Real: escritos de Teoria Crítica dos Direitos Humanos. Pelotas: EDUCAT, 2005.

PACÍFICO, Amanda. Giorgio Agamben: a condição da vida humana no estado de exceção. São Paulo: Editora Dialética, 2021.
PINZANI, Alessandro. Democracia versus tecnocracia: apatia e participação em sociedades complexas. In: Lua Nova, n° 89, pp. 135-168, 2013.
RANCIÈRE, Jacques. Dissensus: on politics and aesthetics. Londres/Nova York: Bloomsbury Academic, 2015.
RAWLS, John. O liberalismo político. Tradução Álvaro de Vita. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.
SCHUMPETER, J. A. Capitalism, socialism and democracy London: Routledge, 2013.

SERRANO, Pedro E. Autoritarismo e golpes na América Latina. São Paulo: Alameda, 2016.

SHELTON, Dinah (ed.) Oxford Handbook of International Human Rights Law. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SIKKINK, Kathryn, Evidence for Hope. Making Human Rights Work in the 21st Century. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2017.

STANLEY, Jason. Como Funciona o Fascismo. Porto Alegre: LPM, 2018.

**PROGRAMA DE DISCIPLINA
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

INFORMAÇÕES GERAIS

Código:	Créditos: 02	Carga Horária: 30 horas-aula	Tipo: Optativa
----------------	---------------------	-------------------------------------	-----------------------

Profa. Dra. Patrícia Medina

Matrícula:

1 EMENTA

Educação em direitos humanos (EDH) na América Latina e no Brasil. A relação entre cultura, educação, direitos humanos e formação para a cidadania. Princípios pedagógicos e metodológicos que norteiam uma educação em Direitos Humanos para a difusão de uma cultura da paz e do respeito à diversidade. O Programa Mundial e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: sua construção histórica, implementação, concepções e princípios. Os movimentos sociais e a emergência de sujeitos coletivos de direito.

2 BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: SEDH-MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>. Acesso em: 02 dez. 2022.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação em Direitos Humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, R. M. G. et al. (Org.). Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária – Universidade Federal da Paraíba, 2007. p. 414-427. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5544394/mod_resource/content/2/Educac%CC%A7a%C%83o%20em%20direitos%20humanos%20questo%CC%83es%20pedago%CC%81gicas%20-%20Vera%20Maria%20Candau.pdf. Acesso 02 dez. 2022.

CARDOSO, M. e CERENCIO, P. Direitos humanos: Diferentes cenários, novas perspectivas. São Paulo, Editora do Brasil, 2015.

CUÉLLAR, Roberto. El valor de educar en derechos humanos. Instituto Interamericano de Derechos Humanos. El derecho a la educación en derechos humanos en las Américas. San José, Costa Rica: IIDH, 2013. Disponível: <https://www.iidh.ed.cr/IIDH/media/1517/informe-interamericano-el-derecho-a-la-edh-2013.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2022

MAGENDZO, Abraham. Pedagogía crítica y educación en derechos humanos. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/318844597_Pedagogia_critica_y_educacion_en_derechos_humanos. Acesso em 15 nov. 2021.

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS IBEROAMERICANOS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (OEI). Los derechos humanos: una herramienta para la dignidad. Disponível em: <http://educacionderechos.oei.cl/1-los-derechos-humanos-una-herramienta-para-la-dignidad/>. Acesso em: 2 dez. 2022

1. PIOVESAN, F.; FACHIN Melina. Educação em Direitos Humanos no Brasil: desafios e perspectivas. Revista Jurídica da Presidência da República. v. 19 n. 117, 2017. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1528>. Acesso em: 04 dez. 2022.

UNESCO. Programa Mundial para o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Unesco, 2012. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/textos/edh/br/plano_acao_programa_mundial_edh_pt.pdf. Acesso em: 04 dez. 2022

Complementar

CANDAU, Vera, SACAVINO, Susana. Educar em Direitos Humanos construir democracia. DP&A. Rio de Janeiro, 2000.

FLORES, Joaquín Herrera. A Reinvenção dos Direitos Humanos. Florianópolis: Boiteux, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIUSTI, Miguel. Los derechos humanos en un contexto intercultural, <http://www.oei.es/valores2/giusti2.htm> y Esteban Krotz. (2008). La fundamentación de la idea de los derechos humanos en contextos multiculturales, Revista Alteridades, 18 (35), pp. 9-20. Disponível em: <https://red.pucp.edu.pe/ridei/files/2011/08/921.pdf>. Acesso em 3 dez. 2022

MAGENDZO, Abraham. Pedagogía crítica y educación en derechos humanos. 2013. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/318844597_Pedagogia_critica_y_educacion_en_derechos_humanos. Acesso em 15 nov. 2022

PROGRAMA DE DISCIPLINA
ÉTICA PROFISSIONAL E FUNÇÃO SOCIAL DO PODER JUDICIÁRIO

INFORMAÇÕES GERAIS

Código: CHU980	Créditos: 02	Carga Horária: 30 horas-aula	Tipo: Obrigatória
-----------------------	---------------------	-------------------------------------	--------------------------

Prof. Dr. Oneide Perius Prof. Dr. Alex Pizzio	Matrícula: 1777382
--	---------------------------

1 EMENTA

Ética e Moral. Fundamentos da Ética. Questões éticas contemporâneas: ética e meio ambiente; ética e tecnologia; ética animal; ética e bioética. Implicações da ética na vida comum e na vida profissional. O resgate da ética como forma de salvar o prestígio do Poder Judiciário. Expectativas sociais em torno do Poder Judiciário. Nova ética e o princípio responsabilidade. Ciência e a ética. Ética e Direitos Humanos. Ética Profissional e Dignidade Humana.

2 BIBLIOGRAFIA

5.1 Básica

BAUMAN, Zygmunt. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997.

BITTAR, Eduardo C. *Curso de Ética Jurídica. Ética Geral e Ética Profissional*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SINGER, P. (ed.). *Compendio de Ética*. Madrid: Alianza, 2010.

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. Civilização Brasileira, 2000.

5.2 Complementar

ALMEIDA, Guilherme de Assis; CHRISTMANN, Martha Ochsenhofer. *Ética e direito*. São Paulo: Atlas, 2009.

BRITO, A. N (Org.). *Ética: questões de fundamentação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

BROCHADO, Mariá. *Consciência Moral e Consciência Jurídica*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: Direito, Religião e Moral no Mundo Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CORTINA, A. *O fazer ético*. São Paulo: Moderna, 2003.

DARR, Ryan. Virtues as qualities of character: Alasdair Macintyre and the situationist critique of virtue ethics. In: *Journal of religious ethics*, v. 48, n. 1, p. 7-25, 2020.

ERDI, Gülçin, ŞENTÜRK, Yildirim. (Eds.) *Identity, justice and resistance in the neoliberal city*. Basingstoke, England: Palgrave Macmillan, 2017

ESS, Charles. *Digital media ethics*. Cambridge, UK: Polity, 2009.

- HABERMAS, Jürgen. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. (Trad: Guido Antônio de Almeida). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução: Luiz Repa. Apresentação de Marcos Nobre. 2. ed. 2009, 1ª reimpressão 2011. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- JOHNSON, James Turner. *Sovereignty: Moral and Historical Perspectives*. Washington, DC: Georgetown University Press, 2014.
- JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Trad. Marijane Lisboa, Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- KNIGHT, Kelvin. *Aristotelian Philosophy: Ethics and Politics from Aristotle to MacIntyre*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. *Escritos de Filosofia IV. Introdução à Ética Filosófica 1*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- MACINTYRE, A. *Ethics in the Conflicts of Modernity: An Essay on Desire, Practical Reasoning, and Narrative*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- NALIN, José Renato. *Ética Geral e Profissional*. 7. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.
- Passmore, J. *Man's Responsibility for Nature: Ecological Problems and Western Traditions*. Charles Scribner's Sons, 1974.
- RACHELS, James; RACHELS, Stuart. *The elements of moral philosophy*. New York, NY: McGraw-Hill, 2012.
- SINGER, Peter. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SOUZA, Ricardo Timm de. *Razões Plurais: Itinerários da racionalidade no século XX: Adorno, Bergson, Derrida, Levinas, Rosenzweig*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- SCRUTON, R. *How to Think Seriously About the Planet. The Case for an Environmental Conservatism*. Oxford University Press, 2012.
- TRAER, R. *Doing Environmental Ethics*. Westview Press, 2013.
- WOLF, U. *Ética de la relación entre humanos y animales*. Madrid: Plaza y Valdés, 2014.

PROGRAMA DE DISCIPLINA ÉTICA PROFISSIONAL E FUNÇÃO SOCIAL DO PODER JUDICIÁRIO			
INFORMAÇÕES GERAIS			
Código:	Créditos: 02	Carga Horária: 30 horas-aula	Tipo: Optativa
Prof. Dr. Alex Pizzio Prof. Dr. Oneide Perius			Matrícula:
1 EMENTA			
Fundamentos da Ética. Questões éticas contemporâneas, implicações da ética na vida comum e na vida profissional. As dimensões políticas da justiça, democracia e justiça. A função social do judiciário. O princípio responsabilidade. Direitos humanos e Dignidade humana.			
2 BIBLIOGRAFIA			
Básica: BAUMAN, Zygmunt. Ética pós-moderna. São Paulo: Paulus, 1997. BITTAR, Eduardo C. Curso de Ética Jurídica. Ética Geral e Ética Profissional. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética. Civilização Brasileira, 2000. FORST, Rayner. Contextos da justiça. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. FRASER, Nancy. As escalas de justiça. Barcelona: Heder editorial, 2008. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003. PUCHET, Martín [et al]. Justicia y libertad: tres debates entre liberalismo y coletivismo. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales, 2008. RAWS, John. Teoría de la justicia. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. WALZER, Michel. As esferas da justiça. São Paulo: Martins Fontes: 2003. Complementar ALMEIDA, Guilherme de Assis; CHRISTMANN, Martha Ochsenhofer. Ética e direito. São Paulo: Atlas, 2009. BROCHADO, Mariá. Consciência Moral e Consciência Jurídica. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002. DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. _____. Repensar la justicia social: contra el mito de la igualdad de oportunidades. Buenos Aires: Siglo XXI, 2014. HOLSTON, James. Cidadania Insurgente: disjunções da cidadania e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. HONNETH, Axel. O Direito a liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2015. PERALVA, Angelina; TELES, Vera da Silva (Orgs). Ilegalismos na globalização: migrações, trabalho, mercados. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. PIZZIO, Alex. Desqualificação e qualificação social: uma análise teórico conceitual. Revista Mal-estar e Subjetividade – Fortaleza – Vol. IX – Nº 1 – p. 209-232 – mar/2009. _____. A esfera do trabalho como lócus de justiça social. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, 1 (1), p. 5-31, out. 2013. _____. As políticas sociais de reconhecimento como elemento de redução das desigualdades sociais. Ciências Sociais Unisinos, Volume 44, número 1, jan/abr. 2008. TELLES, Vera da Silva. A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. _____. Direitos sociais afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. WALZER, Michel. As esferas da justiça. São Paulo: Martins Fontes: 2003.			

**PROGRAMA DE DISCIPLINA
GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO**

INFORMAÇÕES GERAIS

Código:	Créditos: 04	Carga Horária: 60 horas-aula	Tipo: Optativa
Prof. Dr. Vinícius Pinheiro Profa. Dra. Ângela Issa			Matrícula:

1 EMENTA

Princípios Constitucionais do processo. A função política da fundamentação das decisões judiciais. Dimensão constitucional do processo e o Acesso à justiça como direito fundamental. O princípio constitucional da razoável duração do processo. Fundamentos as tutelas de urgência e evidência. Das normas fundamentais do processo civil. Concepções sobre o modelo de “processo cooperativo” e o ideal do “justo processo”.

2 BIBLIOGRAFIA

ABREU, Rafael Sirangelo de. Igualdade e processo: posições processuais equilibradas e igualdade do direito. 1. ed. em e- book baseada na 1. ed. impressa. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

ALLUÉ BUIZA, Alfredo. Una presunción de inocencia extensa e y intensa. In: Garcia Roca; Santolaya (Coord.). La Europa de los Derechos. El Convenio Europeo de Derechos Humanos. 2. ed. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. Princípios do Processo no novo Código de Processo Civil. São Paulo: Saraiva, 2016.

CACHÓN CADENAS, Manuel. Los modelos procesales civil y penal: perspectiva histórica. In: ARMENTA DEU, Teresa (coord). La convergencia entre proceso civil y penal: una dirección adecuada? Madrid: Marcial Pons, 2013.

CHIAVARIO, Mario, Art. 6 – Diritto ad un processo equo. In: BARTOLE, Sergio; CONFORTI, Benedetto; RAIMONDI, Guido (org.), Commentario alla Convenzione Europea per la tutela dei diritti dell'uomo e delle libertà fondamentali. Padova: Cedam, 2001.

CRUZ e TUCCI, José Rogério. Garantias constitucionais do processo civil. São Paulo: RT.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. A “principalização” da jurisprudência através da Constituição. Revista de Processo, n. 98, pág. 83-89.

FERRAJOLI, Luigi. Derechos y garantías: La Ley del más débil. Madri: Editorial Trotta, 2006.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Ensaio sobre a processualidade: Fundamentos para uma nova teoria geral do processo. Brasília, Gazeta Jurídica, 2016.

LEONEL, Ricardo de Barros. Garantismo e direito processual constitucional. In: BEDAQUE, José Roberto dos Santos; CINTRA, Lia Carolina Batista; EID, Elie Pierre. Garantismo processual: garantias constitucionais aplicadas ao processo. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

PIÑEIRO BERTOT, Maria Inés. La nulidad como ‘garantía de garantías’. In: CHIARA DIAZ, Carlos Alberto (Coord). Las nulidades y los medios de impugnación en el proceso penal. Buenos Aires: Delta, 2004.

TARTUCE, Fernanda. Igualdade e vulnerabilidade no processo civil. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

ZEKOLL, Joachim. Comparative civil procedure. In: REIMANN, Mathias. ZIMMERMAN, Reinhard. The Oxford Handbook of Comparative Law. 2 ed. Oxford: University Press, 2019.

Complementar:

ALVES, Isabella Fonseca; MUNDIM, Luís Gustavo Reis. Técnica processual e fundamentação das decisões no código de processo civil de 2015. Revista ESMAT - Escola Superior da Magistratura Tocantinense, Palmas, v.9, n.14, p. 65-82, 2017

BARIONI, Rodrigo; ALVIM, Theresa Arruda. Recursos repetitivos: tese jurídica e ratio decidendi. Revista de Processo, São Paulo, vol. 296, p. 183 - 204, out. 2019.

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa. Teoria do precedente judicial: a justificação e a aplicação de regras jurisprudenciais. São Paulo: Noeses, 2012.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador. 2ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.

CHIASSONI, Pierluigi. A filosofia do precedente: reconstrução racional e análise conceitual. Tradução de Thiago Pádua. Universitas jus, Brasília, v. 27, n. 1, p. 33- 79, 2016.

COMOGLIO, Luigi Paolo. Garanzie Costituzionali e "Giusto Processo" (Modelli a confronto). Revista de Processo, vol. 90/1998, p. 95 – 150, Abr. – Jun. 1998. DTR/1998/205.

DIDIER JR, Fredie. Os três modelos de direito processual: inquisitivo, dispositivo e cooperativo. Revista de Processo, vol. 198/2011, p. 213 – 226, Ago. 2011. Doutrinas Essenciais de Processo Civil | vol. 1 | p. 1347 - 1359 | Out / 2011. DTR/2011/2319.

FERNÁNDEZ SEGADO, Francisco. La dogmática de los derechos humanos (A propósito de la Constitución Española de 1978). Lima: Ed.jurídicas, 1994.

LAMOND, Grant. Do precedents create rules? Legal Theory, v. 11, n. 1, p. 1-26. mar. 2005.

MITIDIERO, Daniel. A colaboração como modelo e como princípio no Processo Civil. Revista de Processo Comparado, vol. 2/2015, p. 83 – 97, Jul – Dez. 2015, DTR/2016/40.

MAZZOTTA, Francesco G. Precedents in Italian law. In.: Journal of international law and practice Journal of international law

**PROGRAMA DE DISCIPLINA
GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO**

INFORMAÇÕES GERAIS

Código: CHU992

Créditos: 02

Carga Horária: 30 horas-aula

Tipo: Optativa

Professor: Dr. Vinicius Pinheiro Marques

Matrícula: 1412823

Professora: Dra. Ângela Issa

1 EMENTA

Princípios Constitucionais do processo. A função política da fundamentação das decisões judiciais. Dimensão constitucional do processo e o Acesso à justiça como direito fundamental. O princípio constitucional da razoável duração do processo. Fundamentos as tutelas de urgência e evidência. Das normas fundamentais do processo civil. Concepções sobre o modelo de “processo cooperativo” e o ideal do “justo processo”.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral:

- Analisar os sistemas processuais, seu desenvolvimento histórico e sua localização no interior do paradigma do Estado Democrático de Direito, buscando questionar a partir do enfoque das garantias fundamentais e dos direitos humanos.

2.2 Específicos:

- Estudar aplicação dos princípios constitucionais (devido processo legal, isonomia, contraditório, ampla defesa, publicidade, razoável tempo na demora processual, presunção da inocência, intimidade, liberdade, proibição de provas ilícitas, etc) no âmbito do processo, entendido como instrumento de proteção da cidadania.
- Compreender o fenômeno do neoprocessualismo e sua repercussão no código de processo civil brasileiro.
- Investigar os modelos processuais e a sua relação com o ideal de “justo processo”.

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Abertura do Módulo: Prof. Antônio Cláudio Costa Machado – Princípios Constitucionais do processo.

Princípios Constitucionais do processo. A função política da fundamentação das decisões judiciais.

Alargando a noção de direito à efetiva prestação
jurisdicional – Dimensão constitucional do processo eo Acesso à justiça como direito fundamental

O princípio constitucional da razoável duração doprocesso; fundamentos as tutela de urgência e evidência

Normas fundamentais do processo civil

Processo cooperativo e o justo processo.

4 METODOLOGIA

1 Ensino:

Considerar-se-á, quanto à metodologia, além da aula expositiva, a aplicação de outras técnicas de ensino-aprendizagem, envolvendo debates, discussão de temas e trabalhos em grupo.

2 Avaliação:

- Participação nos seminários;

- A aprovação na disciplina ficará condicionada à elaboração de artigo em parceria (co-autoria) com o orientador ou, sendo em dupla de alunos, com os respectivos orientadores e à submissão desse artigo em revista com Qualis Interdisciplinar no mínimo B3. Esse artigo valerá nota para o grupo de disciplinas ao qual a presente disciplina está ligada, conforme quadro de disciplinas e sistema de produção e avaliação de artigos científicos constante do manual do aluno.

5 BIBLIOGRAFIA

5.1 Básica:

- NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo civil na constituição federal**. São Paulo: RT.
- CRUZ e TUCCI, José Rogério. **Garantias constitucionais do processo civil**. São Paulo: RT.
- MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas linhas do processo civil**. São Paulo: Malheiros.
- MIRANDA, JORGE. **Constituição e Processo Civil**. Revista de Processo, n. 98, pág.29-42.
- CARVALHO, Ivan Lira. **A Internet e o acesso à Justiça**. Revista de Processo, n.99, pág. 104- 126.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **A “principalização” da jurisprudência através da Constituição**. Revista de Processo, n. 98, pág. 83-89.
- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **O ambiente sistêmico da função judicial e o espaço político da magistratura**. Revista de processo, nº 98, pág. 42-60.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 14ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Malheiros, 2004.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina, 2003, 7ª Ed.
- ENGISCH, Karl. **Introdução ao Pensamento Jurídico**. Tradução de J. Baptista Machado. 10ª Ed, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- HESSE, Konrad. **Temas Fundamentais do Direito Constitucional**; textos selecionados e traduzidos por Carlos dos Santos Almeida, Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho, São Paulo: Saraiva, 2009.
- LARENZ, Karl. **Metodologia da Ciência do Direito**. 3ª Ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Tradução de José Lamego, 1997.
- LASSALLE, Ferdinand. **A Essência da Constituição**. Coleção Clássicos do Direito, 8ª ed. – Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.
- _____. “Proibição de Retrocesso, Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Sociais: manifestação de um constitucionalismo dirigente possível”, in Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, v. LXXXII, p. 239-289, 2006.

5.2 Complementar:

- ALEXY, Robert. **Teoría de los Derechos Fundamentales**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.
- BARROS, Marcus Aurélio de Freitas. **Controle jurisdicional de políticas públicas: parâmetros objetivos e tutela coletiva**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador**. 2ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.
- COMOGLIO, Luigi Paolo. Garanzie Costituzionali e "Giusto Processo" (Modelli a confronto). **Revista de Processo**, vol. 90/1998, p. 95 – 150, Abr. – Jun. 1998. DTR\1998\205.
- DIDIER JR, Fredie. Os três modelos de direito processual: inquisitivo, dispositivo e cooperativo. **Revista de Processo**, vol. 198/2011, p. 213 – 226, Ago. 2011. **Doutrinas Essenciais de Processo Civil** | vol. 1 | p. 1347 - 1359 | Out / 2011. DTR\2011\2319.
- FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. **Direito, retórica e comunicação: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico**. 2ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
- FERNÁNDEZ SEGADO, Francisco. **La dogmática de los derechos humanos (A propósito de la Constitución Española de 1978)**. Lima: Ed.jurídicas, 1994.
- MITIDIERO, Daniel. A colaboração como modelo e como princípio no Processo Civil. **Revista de Processo Comparado**, vol. 2/2015, p. 83 – 97, Jul – Dez. 2015, DTR\2016\40.

**PROGRAMA DE DISCIPLINA
GESTÃO NO SISTEMA DE JUSTIÇA**

INFORMAÇÕES GERAIS

Código:	Créditos: 02	Carga Horária: 30 horas-aula	Tipo: Optativa
Profa. Dra. Lia Azevedo Profa. Dra. Ângela Issa			Matrícula:

1 EMENTA

1. Evolução das Teorias e Modelos de Administração Pública e tendências atuais. 2.1 Modelos pós-Nova Gestão Pública e coprodução do bem público.
2. Capacidades estatais. Burocracia e implementação de políticas públicas e o sistema de justiça.
3. Gestão de políticas públicas e inovação na gestão no poder judiciário.

2 BIBLIOGRAFIA

Básica:

ABREU, Ana Cláudia Donner; HELOU, Angela Regina Heinzen Amin; FIALHO, Francisco Antônio Pereira. Possibilidades epistemológicas para a ampliação da Teoria da Administração Pública: uma análise a partir do conceito do Novo Serviço Público. Cadernos Ebape. BR, v. 11, n. 4, p. 608-620, 2013

ABRUCIO, Fernando L. e LOUREIRO, Maria R. Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. In: Pires et al (Orgs.) Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Ipea: Enap, 2018. P.23-57.

ALMEIDA, L. A.; GOMES, R. C. Processo das políticas públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas. Cadernos Ebape.br (FGV), v. 16, p. 444-455, 2018.

AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de; ALENCAR, Joana Luiza Oliveira; STUKER, Paola. Juízes (as) de violência doméstica como profissionais de linha de frente: facetas da discricionariedade na aplicação da Lei Maria da Penha. 2021

BRESSER-PEREIRA. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (Orgs.). Brasil: um século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001

BOYLE, D; HARRIS, M. The Challenge of Co-Production – How equal partnerships between professionals and the public are crucial to improving public services.

BRESSER-PEREIRA. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (Orgs.). Brasil: um século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa Organizador; SILVA, Mauro Santos Organizador. Reformas do estado no Brasil: trajetórias, inovações e desafios. 2020. CAPÍTULO 1

CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marizaura. Inovação pública no Brasil: uma visão geral de seus tipos, resultados e indutores. Teoria, tendências e casos no Brasil, p. 119, 2017.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; MENDONÇA, Letícia Koeppel; BRANDALISE, Isabella. Políticas públicas e design thinking: interações para enfrentar desafios contemporâneos. In: Inovação e políticas públicas: superando o mito da ideia. Brasília: Ipea, 2019.

CAPOBIANGO, Ronan Pereira et al. Reformas administrativas no Brasil: uma abordagem teórica e crítica. REGE-Revista de Gestão, v. 20, n. 1, p. 61-78, 2013.

EMMENDOERFER, Magnus Luiz. Inovação e empreendedorismo no setor público. 2019, p. 17-46.

GOMIDE, Alexandre de A.; PEREIRA, Ana Karine; MACHADO, Raphael. O conceito de capacidade estatal e a pesquisa científica. Sociedade e Cultura, v. 20, n. 1, 2017.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto. Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. Ipea, 2014.

FERREIRA, Vicente da Rocha Soares; MEDEIROS, Janann Joslin. Fatores que moldam o comportamento dos burocratas de nível de rua no processo de implementação de políticas públicas. Cadernos EBAPE. BR, v. 14, p. 776-793, 2016.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, categorias de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage, 2010. CAP. 3, 4 e 5.

LIPSKY, Michael. Burocracia em nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. 2019.

LOTTA, Gabriela. Burocracia, redes sociais e interação: uma análise da implementação de políticas públicas. Revista de Sociologia e Política, v. 26, n. 66, p. 143-173, 2018. Disponível em: . Acesso em: 18 mai. 19.

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Enap, p. 11-38, 2019.

LOTTA, Gabriela. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. A (org). Implementação de Políticas Públicas: Teoria e Prática. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012. P.20-49

LEITE, Luciana e D'ASCENZI, Luciano. Estrutura Normativa e Implementação de Políticas Públicas. In: MADEIRA, Lígia M. (Org.). Avaliação de Políticas Públicas. Porto Alegre: UFRGS/CEGO

PROGRAMA DE DISCIPLINA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E APLICAÇÃO DO DIREITO			
INFORMAÇÕES GERAIS			
Código:	Créditos: 02	Carga Horária: 30 horas-aula	Tipo: Optativa
Prof. Dr. Aloísio Alencar Prof. Dr. Oneide Perius			Matrícula:
1 EMENTA			
A Hermenêutica filosófica. Direito e linguagem: o discurso jurídico. A Hermenêutica Jurídica entre o Positivismo e o Pós-Positivismo. Da Hermenêutica jurídica clássica à contemporânea. Validade da norma e teoria geral dos princípios em Ronald Dworkin e Robert Alexy. Hermenêutica Constitucional: interpretação e aplicação dos direitos humanos. A questão da constitucionalização Simbólica. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição.			
2 BIBLIOGRAFIA			
Básica ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. Trad: Virgílio Afonso da Silva. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 2017. BOUVERESSE, Jacques. Herméneutique et linguistique. Combas: Editions de L'éclat, 1991. GADAMER, Hans-Georg. Verdade e método. Trad: de Flávio Paulo Meurer. 14.ed. Petrópolis RJ: Vozes. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2014. ALEXY, Robert. Teoria da argumentação jurídica. Teoria do discurso racional como teoria da justificação jurídica. São Paulo: Landy, 2001. NEVES, Marcelo. A Constitucionalização Simbólica. 3.ed. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 2011. 5.2 - complementar ALEXY, Robert. Formal principles: some replies to critics. In: International Journal of Constitutional Law, New York, v. 12, n. 3, p. 511-524, 2014 ATIENZA, Manuel. As razões do Direito. Teorias da argumentação jurídica. Perelman, Viehweg, Alexy, MacComick e outros. São Paulo: Landy, 2003. CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. Hermenêutica e Argumentação: uma contribuição ao estudo do Direito. 3.ed. Rio de Janeiro: editora Renovar, 2003. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7.ed. Coimbra: Almedina, 2003. DWORKIN, Ronald. O império do direito. Trad: Jefferson Luiz Camargo. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Direito, retórica e comunicação: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1997. Complementar FOUCAULT, Michel. Herméneutique du sujet: cours au Collège de France, 1981-1982. Hautes Études: Seuil, 2001. FERNÁNDEZ SEGADO, Francisco. La dogmática de los derechos humanos (A propósito de la Constitución Española de 1978). Lima: Ed.jurídicas, 1994. GADAMER, Hans-Georg. Hermenêutica em retrospectiva. vol I e II. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2007. GRAU, Eros Roberto. Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito. São Paulo: Malheiros Editores, 2002. GRONDIN, Jean. Hermenêutica. Trad: de Marcos Marcionilo. – São Paulo: Parábola Editorial, 2012. HÄBERLE, Peter. Hermenêutica Constitucional – Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição: Contribuição para a Interpretação Pluralista e "Procedimental" da Constituição. Trad: de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002. HABERMAS, Jurgen. Dialética e hermenêutica. Porto Alegre, L&PM, 1987. HESSE, Konrad. Temas Fundamentais do Direito Constitucional. Trad: Carlos dos Santos Almeida, Gilmar Ferreira Mendes, Inocência Mártires Coelho, São Paulo: Saraiva, 2009. KELSEN, Hans. Jurisdição constitucional. São Paulo: Martins Fontes, 2003. LARENZ, Karl. Metodologia da Ciência do Direito. 3. Ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Tradução de José Lamego, 1997. LEAL, Rogério Gesta. Hermenêutica e Direito: considerações sobre a teoria do direito e os operadores jurídicos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. MACCORMICK, Neil. Argumentação jurídica e teoria do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2006. MALPAS, Jeff; GANDER, Hans H. The Routledge companion to hermeneutics. London/New York: Routledge, 2015. OLIVEIRA, Rafael Tomaz de. Decisão Judicial e o conceito de princípio. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Reviravolta Lingüístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006. RENTERÍA DÍAZ, A. Hart, Dworkin: reglas y principios. Revista telemática de filosofía del derecho, (20), 113-128, 2017. RICOEUR, Paul. The Conflict of Interpretations. London: Continuum, 2004.			

ROZNAI, Yaniv. Unconstitutional constitutional amendments. The limits of amendment powers.

Oxford: Oxford University Press, 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. “Proibição de Retrocesso, Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Sociais: manifestação de um constitucionalismo dirigente possível”. In: Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, v. LXXXII, p. 239-289, 2006.

STRECK, Lenio Luiz. Hermenêutica jurídica e(m) crise. 11.ed. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2021. VIEHWEG, Theodor. Tópica y Jurisprudência. Madrid: Taurus, 1986.

**PROGRAMA DE DISCIPLINA
LÓGICA E ASPECTOS PSICOLÓGICOS DA DECISÃO JUDICIAL**

INFORMAÇÕES GERAIS

Código: CHU986

Créditos: 2

Carga Horária: 30 horas-aula

Tipo: Optativa

Professor:

**Prof. Dr. Carlos Rosa Prof.
Dr. Tiago Gagliano**

Matrícula:

1521848
2227708

1 EMENTA

Apresentação da programação da disciplina. A crise da racionalidade e da ciência modernas. Reações ao racionalismo e formalismo na arte de julgar. A ciência jurídica e a crise do positivismo jurídico. Linguagem e comunicação na vida social. Retórica e argumentação. Indicação de elaboração do trabalho avaliativo na forma de artigo científico, especificações sobre a temática e metodologia para o desenvolvimento da atividade. Aspectos psicológicos da decisão judicial. Contribuições das psicologias freudiana e analítica para a compreensão de questões arbitrárias. Processos psíquicos conscientes e inconscientes individuais e sociais. A necessária ligação entre racionalidade e emoção no exercício da magistratura. A criatividade e sensibilidade no ato de decidir. Subjetividade, objetividade, imparcialidade e neutralidade na prestação

jurisdicional. Personalidade e psicopatologia clínica. Perícia psicológica forense.

2.1 Objetivo Geral

Investigar as contribuições da psicologia no contexto da atividade judicante, com foco nos estudos psicojurídicos e processos psíquicos conscientes e inconscientes relacionados ao exercício da atividade jurisdicional.

2.2 Objetivos Específicos

1. Investigar a crise da racionalidade no âmbito das ciências modernas.
2. Investigar a influência dos aspectos psicológicos na decisão judicial.
3. Analisar as contribuições das correntes da psicologia contemporânea no âmbito da decisão judicial.
4. Analisar as relações entre a racionalidade e a emoção no exercício da magistratura.
5. Precisar o complexo de influências de ordem psicológicas que recaem sobre o magistrado na arte de julgar.

1. Estudar os transtornos mentais e comportamentais do réu e sua influência no processo.

1. Apresentação da programação da disciplina.
 2. A crise da racionalidade e da ciência modernas.
 3. Reações ao racionalismo e formalismo na arte de julgar.
 4. A ciência jurídica e a crise do positivismo jurídico.
 5. Contribuições das psicologias freudiana e analítica para a compreensão de questões arbitrárias.
 6. Processos psíquicos conscientes e inconscientes individuais e sociais.
 7. A necessária ligação entre racionalidade e emoção no exercício da magistratura.
 8. A criatividade e sensibilidade no ato de decidir.
 9. Subjetividade, objetividade, imparcialidade e neutralidade na prestação jurisdicional.
 10. Personalidade e psicopatologia clínica e sua relação com atos delinquentes à luz da psicanálise.
- Perícia psicológica forense.

4 METODOLOGIA

4.1 Ensino

Considerar-se-á, quanto à metodologia, além da aula expositiva, a aplicação de outras técnicas de ensino-aprendizagem, envolvendo debates, discussão de temas e trabalhos em grupo.

4.2 Avaliação

A aprovação na disciplina ficará condicionada à elaboração de artigo em parceria (co-autoria) com o orientador ou, sendo em dupla de alunos, com os respectivos orientadores e à submissão desse artigo em revista com Qualis Interdisciplinar no mínimo B3. Esse artigo valerá nota para o grupo de disciplinas ao

qual a presente disciplina está ligada, conforme quadro de disciplinas e sistemas de produção e avaliação de artigos científicos constante do manual do aluno.

Será considerado reprovado o aluno que:

- a) Obter presença inferior a 75% na disciplina;
- b) Serão, ainda, consideradas, no âmbito da participação em sala de aula, a pontualidade e a presença em classe. Sopesados todos esses elementos, os professores responsáveis de cada disciplina cursada atribuirão uma nota, que variará entre 0 (zero) a 10 (dez).
- c) Considerar-se-á igualmente reprovado o aluno que não entregar, no prazo estipulado, as avaliações e os trabalhos designados pelo docente.

5 BIBLIOGRAFIA

5.1 Básica

ALTOÉ, Sônia. Sujeito do direito, sujeito do desejo: direito e psicanálise. 3. ed. São Paulo: Thieme Revinter, 2015.

AMADO, Juan Antonio García Amado. ¿Es realista la teoría de la argumentación jurídica? Acotaciones breves a un debate intenso. DOXA, Cuadernos de Filosofía del Derecho, n. 33, pp. 441-450, 2010.

ADEODATO, João Maurício. Retórica realista e decisão jurídica. Revista Direitos e Garantias Fundamentais, Vitória, v. 18, n. 1, p. 15-40, jan./abr. 2017.

CASARA, Rubens Roberto Rebello. Mitologia processual penal. São Paulo: Saraiva. 2015.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Direito, retórica e comunicação: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. (1930) In: Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de S Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1979. Vol XXI. Págs.81-178.

HUNT, Lynn. *Inventing Human Rights: A History*. Los Angeles: W. W. Norton & Company. 2013.

MACCORMICK, Neil. Argumentación e Interpretación en el derecho. DOXA, Cuadernos de Filosofía del Derecho, N. 33, pp. 65-78, 2010.

OLIVEIRA, Tarsis Barreto. Pena e racionalidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

PERELMAN, Chaim. Lógica Jurídica: nova retórica. Trad. Vergínia K. Pupi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PRADO, Lídia Reis de Almeida. O Juiz e a Emoção: aspectos da lógica da decisão judicial. 6. ed. São Paulo: LTr. 2013.

TARUFFO, Michele. A motivação da sentença civil. Tradução de Daniel Mitidiero, Rafael Abreu e Vitor de Paula Ramos. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

5.2 Complementar

ALTOE, Sonia. Les enjeux d'une clinique de l'enfant et de l'adolescent en situation de vulnérabilité sociale à Rio de Janeiro. *Psychologie Clinique* 2012/1 (n° 33), pages 174 à 186.

BERLO, David Kenneth. O processo de comunicação: introdução à teoria e à prática. Trad. Jorge Arnaldo Fontes. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BERNARDES, Wagner Siqueira. A concepção freudiana do caráter. Tese de doutorado. UFRJ. 2005.

COELHO, Fábio Ulhoa. Direito e poder: ensaio de epistemologia jurídica. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. Linguagem e comunicação social: visões da lingüística moderna. São Paulo: Parábola, 2002.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. Linguagem e comunicação social: visões da lingüística moderna. São Paulo: Parábola, 2002.

LLEWELLYN, Karl. The Common Law Tradition: Deciding Appeals. Chicago: Quid Pro, LLC. 2016.

SAFATLE, Vladimir. O circuito dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Autêntica. 2016.

. Teoria da norma jurídica: ensaio de pragmática da comunicação normativa. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

FREUD, S. Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico (1916) In: Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de S Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1979. Vol XIV. Págs.351-380

A psicanálise e a determinação dos fatos nos processos jurídicos. (1906) In: Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de S Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1979. Vol IX. Págs.105-120.

HABERMAS, Jürgen. A lógica das ciências sociais. Trad. Marco Antônio Casanova. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

. Agir comunicativo e razão destranscendentalizada. Trad. Lucia Aragão; revisão Daniel Camarinha da Silva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

. Conhecimento e interesse: com um novo posfácio. Trad. José N. Heck. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

. The theory of communicative action, I: reason and the rationalization of society. Trad. Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1984.

. The theory of communicative action, II: Lifeworld and system: a critique of functionalist reason. Trad. Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1987.

JUNG, Carl G. Chegando ao inconsciente. In: JUNG, Carl G. O homem e seus símbolos. 2. ed. Trad. Maria Lúcia Pinho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KHALIL, Antoin Abou. A Personalidade do Juiz e a Condução do Processo. São Paulo: LTR, 2012.

LACAN, Jacques. Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

NASCIMENTO, M.L.V.; CANIATO, A.M.P. Mal estar na contemporaneidade: desamparo, indiferença e sofrimento narcísico. 13º Encontro Regional Sul-ABRAPSO. 4 a 6/11/2010, UEM- Pr.

NEVES, Marcelo. A constitucionalização simbólica. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

PENTEADO, José Roberto Whitaker. A técnica da comunicação humana. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

PERELMAN, Chaim. Lógica Jurídica: nova retórica. Trad. Vergínia K. Pupi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

. Tratado da argumentação. Trad. Maria Emantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PRADO, Lúcia Reis de Almeida. O Juiz e a Emoção: Aspectos da Lógica da Decisão Judicial. 5ª edição. Campinas: Millennium, 2010.

. Neutralidade e imparcialidade dos juízes? In GROENINGA, Giselle Câmara; PEREIRA, Rodrigo (Coord.). Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica. Porto Alegre: Fabris, 1988.

**PROGRAMA DE DISCIPLINA
METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR**

INFORMAÇÕES GERAIS

Código: CHU2012	Créditos: 02	Carga Horária: 30 horas-aula	Tipo: Obrigatória
Professores: Paulo Sérgio Gomes Soares Liziane Paixão			Matrícula: 1811827

1 EMENTA

Fundamentos da Metodologia da pesquisa. Métodos e técnicas de pesquisa. O problema na pesquisa. Tipos de pesquisa. Ética na pesquisa. A comunicação entre orientados/orientadores. Normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos - ABNT. Elementos do projeto de pesquisa.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral:

Oferecer conhecimentos teóricos e formais fundamentais em metodologia da pesquisa para que os estudantes possam realizar pesquisa no mestrado. Possibilitar ao mestrando elaborar e analisar, de modo sistemático e com rigor metodológico, um projeto de mestrado. Capacitar o acadêmico a analisar criticamente os métodos e técnicas de pesquisa.

2.2 Específicos:

Articular os fundamentos da pesquisa a partir de um estudo interdisciplinar; possibilitando a construção de projetos que sejam capazes de trazer novos olhares à Ciência. Conhecer e correlacionar os fundamentos, os métodos e as técnicas de análise presentes na produção do conhecimento científico. Compreender as diversas fases de elaboração e desenvolvimento de pesquisas e trabalhos acadêmicos. Elaborar e desenvolver pesquisas e trabalhos científicos obedecendo às orientações e normas vigentes na Associação Brasileira de Normas Técnicas.

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- **A PESQUISA E O PESQUISADOR:** a construção do conhecimento Os tipos de conhecimento;

O problema e o tema da pesquisa;

- **O DESIGN DA PESQUISA CIENTÍFICA**

O que é pesquisa científica? Tipos de Pesquisa;

O que é método científico?

Método: indutivo e dedutivo;

Abordagens metodológicas de pesquisa: quantitativa, qualitativa;

AS ETAPAS DE UMA PESQUISA CIENTÍFICA

A escolha do tema e a formulação do problema;

Tema: a justificativa, a relevância, a importância, a oportunidade, o modismo; Problema: a dúvida, a pergunta;

As relações entre tema, problema e hipótese; O referencial teórico e o referencial empírico; O

PROJETO DE PESQUISA

As finalidades de um projeto de pesquisa;

A estrutura de elaboração de um projeto de pesquisa;

Página de rosto, introdução, objetivos geral e específico, justificativa, metodologia (métodos), cronograma e orçamento;

O projeto de pesquisa e o Comitê de Ética em Pesquisa; Adequação a exigências éticas;

DEBATES EPISTEMOLÓGICOS: a ênfase no método

Apresentação de alguns métodos que estruturam as pesquisas científicas: positivismo, materialismo histórico e dialético, pesquisa etnográfica, pesquisa-ação, pesquisa participante, estruturalismo, fenomenologia.

4 METODOLOGIA

1. Ensino:

O conhecimento teórico-doutrinário estará ligado à amostragem dos fatos reais e a utilização dos conhecimentos e métodos da pesquisa para compreensão do processo de elaboração e execução do projeto de pesquisa. A proposta é a construção de um ambiente que possibilite continuamente debates sobre os aspectos técnicos e éticos da pesquisa.

Aulas teóricas:

Nas aulas serão adotados os seguintes procedimentos metodológicos de efetivação da aprendizagem: exposição com apoio audiovisual, leituras, discussões, realização de exercícios de forma individual e em pequenos grupos e seminários.

As aulas serão dialogadas e dialetizadas com a utilização de recursos áudios-visuais (quadro-branco e Datashow). Utilização do método expositivo, no qual o assunto é apresentado ao acadêmico de forma lógica e estruturado através de exemplos práticos e atuais, podendo haver contestação, discussão e apresentação de novos exemplos bem como questionamentos pertinentes ao tema desenvolvido.

As leituras serão solicitadas aos discentes, normalmente, antes de se iniciar o estudo de um novo ponto, mas, sempre que pertinente, serão solicitadas leituras em sala de aula.

Os exercícios, conforme a disponibilidade poderão ser realizados de forma individual e/ou a partir de grupo de estudo.

Aulas práticas:

Apresentação dos métodos e técnicas de pesquisa.

Análise, indicação e diferenciação de elementos de projeto de pesquisa - objeto, objetivos e problema.

Produção de um artigo científico: temática central efetividade da prestação jurisdicional e/ou Direitos Humanos, conforme definição no item avaliação.

2. Avaliação:

Os instrumentos de avaliação ficarão a cargo de cada professor, sendo este responsável pela atribuição de notas e preenchimento do diário da(s) disciplina(s) no prazo previsto no calendário acadêmico.

Será considerado **reprovado** o aluno que:

- a) Obter presença inferior a 75% na disciplina (LDBEN, Lei n. 9394/93);
- b) Considerar-se-á igualmente reprovado o aluno que não entregar, no prazo estipulado, as avaliações e os trabalhos designados pelo docente.

A aprovação na disciplina ficará condicionada à elaboração de artigo em parceria (co-autoria) com o orientador ou, sendo em dupla de alunos, com os respectivos orientadores e à submissão desse artigo em revista com Qualis Interdisciplinar no mínimo B3. Esse artigo valerá nota para o grupo de disciplinas ao qual a presente disciplina está ligada, conforme quadro de disciplinas e sistema de produção e avaliação de artigos científicos constante do manual do aluno.

5 BIBLIOGRAFIA

5.1 Básica:

ALVES-MAZZOTTI, Alda J; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Thomson, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT)

BARROS, Aidil L.S.; LEHFELD, Neid A. S. *Fundamentos de metodologia* 2ªed. Makrom Books, 2000.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

FURASTÉ, Pedro A. *Normas técnicas para o trabalho científico: Elaboração e formatação*. Porto Alegre, 2015

NOBRE, Marcos et all. *O que é Pesquisa em Direito?* São Paulo: Quartier Latin, 2005.

OLIVEIRA, Paulo S. (ORG.). *Metodologia das Ciências Humanas*. São Paulo: EDUNESP; HUCITEC, 1998.

5.2 Complementar:

BRANDÃO, Carlos R. (Org.). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. *Repensando a Pesquisa Participante*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHAUÍ, Marilena. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Organizador André Rocha. Belo Horizonte/MG: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

HEMPEL, Carl G. *Filosofia da Ciência Natural*. TRad. Plínio S. Rocha. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 1989.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____(Org.). *Pesquisa-Ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche*. São Paulo: EDUFSCAR, 2006.

**PROGRAMA DE DISCIPLINA
MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR**

INFORMAÇÕES GERAIS

Código:	Créditos: 04	Carga Horária: 60 horas-aula	Tipo: Obrigatória
----------------	---------------------	-------------------------------------	--------------------------

Profa. Dra. Liziane Paixão
Prof. Dr. Paulo Sérgio

Matrícula:

1 EMENTA

Fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa científica, conforme a natureza profissional. O conceito de Ciência com enfoque prático na aplicabilidade dos métodos e das técnicas de pesquisa. O problema de pesquisa, a delimitação e os tipos de pesquisa. A ênfase na Pesquisa Interventiva para a criação de novos conhecimentos necessários ao exercício da Prestação Jurisdicional e dos Direitos Humanos. Intervenção, coleta, organização e análise crítica dos dados. Estado da arte e referencial teórico. Como redigir uma tese e elaborar artigos científicos para publicação. Normas da ABNT. Ética na pesquisa. Tipos de produtos técnicos. A pesquisa em bases indexadas.

2 BIBLIOGRAFIA

ALVES-MAZZOTTI, Alda J; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Thomson, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT).

BARROS, Aidil L.S.; LEHFELD, Neid A. S. Fundamentos de metodologia 2ªed. Makrom Books, 2000. BEAUD, Michel. A arte da Tese. São Paulo: Bertrand Brasil, 1996.

BECKER, Howard S. A epistemologia da pesquisa qualitativa. Revista de Estudos Empíricos em Direito. Vol.1, n.2, jul.2014. p.184-198. Disponível em: <http://www.reedpesquisa.org/ojs-2.4.3/index.php/reed/article/view/18>

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2008. BRANDÃO, Carlos R. (Org.). Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. Repensando a Pesquisa Participante. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. CARVALHO, Salo de. Como (não) se faz um trabalho de conclusão. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CHAUÍ, Marilena. Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro. Organizador André Rocha. Belo Horizonte/MG: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez, 1991.

DINIZ, Débora. Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa. 2 ed. Brasília: Letras Livres, 2015. ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2010.

EPSTEIN, Lee. Pesquisa empírica em direito [livro eletrônico] : as regras de inferência. São Paulo: Direito GV, 2013. (Cap. I a VIII) Disponível em : https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/.../Pesquisa_empirica_em_direito.pdf

HEMPEL, Carl G. Filosofia da Ciência Natural. TRad. Plínio S. Rocha. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. KONDER, Leandro. O que é dialética. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LÖWY, Michael. Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 1989. MONEBHURRUN Nitish, DIAS VARELLA Marcelo O que é uma boa tese de doutorado em Direito? Revista Brasileira de Políticas Públicas, vol.3, no.2, 2013, pp.424-443.

NOBRE, Marcos et all. O que é Pesquisa em Direito? São Paulo: Quartier Latin, 2005.

OLIVEIRA, Paulo S. (ORG.). Metodologia das Ciências Humanas. São Paulo: EDUNESP; HUCITEC, 1998. THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____(Org.). Pesquisa-Ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche. São Paulo: EDUFSCAR, 2006.

**PROGRAMA DE DISCIPLINA
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE**

INFORMAÇÕES GERAIS

Código:	Créditos: 02	Carga Horária: 30 horas-aula	Tipo: Optativa
Profa. Dra. Liziane Paixão Prof. Dr. Gustavo Paschoal			Matrícula:

1 EMENTA

Conceito de sustentabilidade e conceitos relacionados: ambiental, economia e sociedade (triângulo do desenvolvimento sustentável). Os aspectos ambientais abordando a biodiversidade, materiais, energia e interações biofísicas. Os aspectos econômicos abrangendo o capital, o emprego, o crescimento tecnológico, o investimento e os aspectos sociais tratando da diversidade humana, da equidade, da qualidade de vida, das estruturas institucionais e organizacionais, das estruturas políticas.

2 BIBLIOGRAFIA

BATISTA, E.; CAVALCANTI, R.; FUJIHARA, M.A. Caminhos da sustentabilidade no Brasil. Terra das Artes. 2006. 248p. BERTALANFLY, L.V. Teoria geral dos sistemas. Editora Vozes, 2008. Bursztyn, Marcel. Sustainability Science and the University: Towards Interdisciplinarity. CID-Working Paper No. 24. Harvard University, 2008.

CLARK, W.C., CRUTZEN, P.J.; SCHELINHUBER, H.J. Science for Global Sustainability: Toward a New Paradigm. In: Earth System Analysis for Sustainability. Edited by Hans Joachim Schellnhuber, Paul J. Crutzen, William C. Clark, Martin Claussen, and Hermann Held. Chapter 1. Cambridge, MA: MIT Press. 2005. 6. CLARK, W. C., LEBEL, L., GALLOPIN, G., JAEGER, J., MABOGUNJE, A., DOWDESWELL, E., HASSAN, M., JUMA, C., KATES, R., CORELL, R., et al. (2002) in Science and Technology for Sustainable Development (Int. Council for Science, Paris), pp. 12-29.

GALLOPIN, Gilberto. A systems approach to sustainability and sustainable development. Serie Medio Ambiente y Desarrollo - 64. CEPAL, Santiago, Chile, 2003.

SEYMOR, J.; GIRARDET, H. Blueprint for a Green Planet. London: Dorling Kindersley, 1989. 13.

VEIGA, J.E. Sustentabilidade: A legitimação de um novo valor. Senac, São Paulo. 2010. 160p. EC, 2019, Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions 'Towards a sustainable Europe by 2030' (COM(2019)22 of 30 January 2019) (https://ec.europa.eu/commission/publications/reflection-paper-towards-sustainable-europe-2030_en)

Gottenhuber, S. and Mulholland. E., 2019, The Implementation of the 2030 Agenda and SDGs at the National Level in Europe – Taking stock of governance mechanisms, ESDN Quarterly Report 54, December 2019, European Sustainable Development Network, Vienna, Austria.

OECD, 2019, Sustainable Results in Development: Using the SDGs for Shared Results and Impact, Organisation for Economic Co-operation and Development, Paris, France (<http://www.oecd.org/development/sustainable-results-in-development-368cf8b4-en.htm>)

Sachs, J., et al., 2019, Sustainable Development Report 2019, Bertelsmann Stiftung and Sustainable Development Solutions Network (SDSN), New York, USA (<http://www.sdgindex.org/assets/files/2017/2017-SDG-Index-and-Dashboards-Report--full.pdf>)

SDSN and IEEP, 2019, Europe Sustainable Development Report, Sustainable Development Solutions Network and Institute for European Environmental Policy, Paris, France and Brussels, Belgium (<https://www.sdgindex.org/reports/2019-europe-sustainable-development-report/>) accessed 15 March 2020.

SDSN, 2015, Getting Started with the Sustainable Development Goals, Sustainable Development Solutions Network, New York, USA (<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2217Getting%20started.pdf>)

UN, 2015, Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development, United Nations, New York, USA (http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E) accessed 16 November 2019.

UN, 2017, Global indicator framework for the Sustainable Development Goals and targets of the 2030 Agenda for Sustainable Development, United Nations, New York, USA (<https://unstats.un.org/sdgs/indicators/indicators-list/>) accessed 29 November 2019.

UN, n.d., 'High Level Political Forum on Sustainable Development – Voluntary National Reviews', United Nations, New York, USA (<https://sustainabledevelopment.un.org/vn>)

PROGRAMA DE DISCIPLINA SEMINÁRIO DE ORIENTAÇÃO			
INFORMAÇÕES GERAIS			
Código: CHU1528	Créditos: 06	Carga Horária: 90 horas- aula	Tipo: Obrigatória
Professores: Todos os professores do Programa			Matrícula: -
1 EMENTA			
Alunos frequentam, acompanhados pelo orientador, de espaços de discussão de suas pesquisas, projetos e estudos teóricos com vistas ao desenvolvimento estrutural, metodológico e material do Produto Final considerando à operacionalidade das sugestões oriundas das disciplinas de Metodologia de Pesquisa Interdisciplinar, Seminário Interdisciplinar e da qualificação.			
2 OBJETIVOS			
2.1 Geral de ensino, Ao professor - orientador caberá: Incentivar a produção de produtos finais no programa em suas diversas formas na perspectiva interdisciplinaridade qual seja, de troca e aprendizagem mútua entre campos de saberes e que visem à construção de um conhecimento profissional da Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos nas múltiplas dimensões, em escala regional, nacional e global em perspectiva interdisciplinar			
2.2 Específico: Ao final do processo o aluno deverá ser capaz de: • Produzir produto de final de curso em consonância com a perspectiva interdisciplinar e as Diretrizes da Capes e capazes de contribuir concretamente com a melhoria da prestação jurisdicional e os direitos humanos especialmente em nível regional			
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
Os conteúdos são próprios à consecução do produto delineado em articulação com o orientador Recomenda-se a leitura visando ao atendimento do Regulamento de Qualificação e Defesa Final do MPIPJDH.			
4 METODOLOGIA			
Seminários de Orientação individuais e ou coletivos de acordo com a prática de orientação definida articuladamente entre orientando e o orientador. Avaliação: Expressa de acordo com os parâmetros institucionais (Nota-Conceito) e a frequência de 75% obrigatória, como prescreve o Regulamento do Programa em consonância com a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.			
5 BIBLIOGRAFIA			
5.1 Básica: A critério de cada orientador 5.2 Complementar: A critério de cada orientador			

PROGRAMA DE DISCIPLINA SEMINÁRIO DE TESE			
INFORMAÇÕES GERAIS			
Código:	Créditos: 08	Carga Horária: 120 horas-aula	Tipo: Obrigatória
Todos os professores do Programa			Matrícula:
1 EMENTA			
O seminário de tese é a reunião dos alunos e professores do doutorado, uma vez por semestre (8 semestres de curso) com objetivo de fazerem juntos discussões críticas de cada projeto em suas diferentes fases. Instrumentalização teórica para a realização do projeto de Tese de Doutorado, o qual receberá feedback dos professores e dos colegas para aperfeiçoamento do trabalho. Possibilita que o doutorando compartilhe com a comunidade acadêmica seu objeto de pesquisa de modo que desperte interesse da instituição e receba contribuições dos colegas. O Seminário de tese, de caráter obrigatório, não é considerado como disciplina.			

PROGRAMA DE DISCIPLINA SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR			
INFORMAÇÕES GERAIS			
Código: CHU2009	Créditos: 02	Carga Horária: 30 horas- aula	Tipo: Obrigatória
Professores: Profa. Dra. Patrícia Medina Prof. Dr. Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira			Matrícula: 1413840 1810713
1 EMENTA			
Incentivar a produção de produtos finais no programa em suas diversas formas abertos ao diálogo com o paradigma da complexidade e com a proposta de interdisciplinaridade.			
2 OBJETIVOS			
2.1 Geral: Incentivar a produção de produtos finais no programa em suas diversas formas na perspectiva interdisciplinaridade qual seja, de troca e aprendizagem mútua entre campos de saberes e que visem à construção de um conhecimento profissional da Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos nas múltiplas dimensões, em escala local, nacional e global.			
2.2 Específicos: Ao final do processo o aluno deverá ser capaz de: • Compreender as razões pelas quais é razoável realizar a interdisciplinaridade na contemporaneidade e como fazê-la nas atividades de pesquisa • Aplicar pelo menos dois diferentes procedimentos de revisão sistemática de literatura • Reconhecer a complexidade e importância da metodologia e dos procedimentos no processo investigativo e de construção de seu projeto-produto de final de curso.			
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
Pós-graduação stricto sensu do Brasil: características e condicionantes operacionais • Definição dos cursos de pós-graduação: especificidades mestrado a partir do Parecer 977/65, Portaria 17/2009 CAPES e Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2010- 2020 • Ética a partir da proposta de resolução da Comissão Nacional de Ética em Pesquisas Leitura comentada a partir slides • Regulamento de Qualificação e Defesa Final do MPIPJDH • Produção acadêmica de final de curso e regras de formatação dos diferentes produtos • Produção acadêmica de final de curso e caminhos metodológicos • Interdisciplinaridade: conceitos e prática			

4 METODOLOGIA

Ensino: apresentará e discutirá o estatuto epistemológico a partir das possíveis estratégias de construção e geração de conhecimentos e terá a carga horária total de 30 horas orientadas pelos princípios pedagógicos da aprendizagem pela aplicação progressiva uma vez que partirá da construção de sentidos e significados de termos que caracterizam o curso até a prática simulada dos mesmos.

Avaliação: a nota final do aluno resulta do somatório de notas parciais atribuídas às atividades de produção, individual e grupo, realizadas em sala de aula. Ressalta-se que a frequência de 75% é obrigatória como prescreve o Regulamento do Programa em consonância com a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

5 BIBLIOGRAFIA

5.1 Básica:

ABRAMO, Perseu. Pesquisa em Ciências Sociais. In HIRANO, Sedi (org.). **Pesquisa Social - Projeto e Planejamento**. 2a ed. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1979.

ALCHOURRON, Carlos E; BULYGIN, Eugenio. **Introducción a la metodología de las ciencias jurídicas y sociales**. Buenos Aires: Editorial Astrea, 2002.

BONORINO, Pablo Raúl. **Objetividad y verdad en el derecho**. Bogotá: Universidade Externado de Colômbia, 2002.

BUNGE, Mário. **La ciencia, su metodo y su filosofia**. Buenos Aires: Siglo Veinte, 2005. DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3 ed., Atlas, São Paulo, 1995. FAZENDA, I. (Org.). **O que é Interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GADAMER, H. G. 2. Fenomenologia, hermenêutica e metafísica (1983)". In.: **Hermenêutica em retrospectiva**; tradução Marco Antônio Casanova. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. LARENZ, Karl. **Metodología de la ciencia del Derecho**. Tradc. Gimbernat, Barcelona: Ariel, 1966.

MORIN, E. **O problema epistemológico da complexidade**. Publicações Europa-América, 1996.

MOSE, Paul K; DWAYNE, M. Mulder e TROUT, J.D. **A teoria do conhecimento**: uma introdução temática. São Paulo: Martins Fontes.

NEVES, Castanheira. **Metodologia Jurídica – problemas fundamentais**. Coimbra, Coimbra Editora: 1993.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta Lingüístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea**. 3a ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

POMBO, O. **Epistemologia da Interdisciplinaridade**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004.
Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/investigacao/pontofinal.pdf>>.
Acesso em: 14 set. 2014.

POMBO, O.; GUIMARÃES, H.; LEVY, T. **Interdisciplinaridade**: reflexão e experiência. Lisboa: Texto, 1993.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução de Leônidas Hegenber e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix. página 27 até página 147

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas Ed., 1998

SANTOS, B. S. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. Porto: Afrontamento, 1989 (6ª edição).

SANTOS, B. S. **Um Discurso sobre as Ciências**. 12ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar**: Epistemologia e Metodologia Operativa, Petrópolis: Vozes, 2002

SOUZA, Jessé (Org.). A atualidade de Max Weber. Brasília: UnB, 2001.

THIOLLENT, M.J.M. **Aspectos Qualitativos da Metodologia de Pesquisa com Objetivos de Descrição, Avaliação e Reconstrução**. Cadernos de Pesquisa 49 (maio), 45-50, 1984.

TRIVINOS, Augusto N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. Atlas, São Paulo, 1987.

5.2 Complementar:

DARTIGUES, A. **O que é a fenomenologia?**. Trad: Maria José J.G. de Almeida: São Paulo: Ed. Moraes, 1992.

FAZENDA, I. (Org.). **O que é Interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

GADAMER, H. G. "2. Fenomenologia, hermenêutica e metafísica (1983)". In.: **Hermenêutica em retrospectiva**; tradução Marco Antônio Casanova. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

POMBO, O. **Epistemologia da Interdisciplinaridade**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004.
Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/investigacao/pontofinal.pdf>>.
Acesso em: 14 set. 2014.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. Porto: Afrontamento, 1989 (6ª edição).

SOKOLOWSKI, R. **Introdução à Fenomenologia**: uma declaração inicial do que é a fenomenologia. São Paulo: Loyola, 2004, p. 51- 73.

PROGRAMA DE DISCIPLINA SISTEMA PENAL E DIREITOS HUMANOS			
INFORMAÇÕES GERAIS			
Código: CHU991	Créditos: 2	Carga Horária: 30 horas-aula	Tipo: Optativa
Professores: Prof. Dr. Paulo Sérgio Gomes Soares Prof. Dr. Tarsis Barreto Oliveira			Matrícula:
1 EMENTA			
Sistema Penal e Direitos Humanos. Criminologia Crítica e macrossociologia. Teoria Crítica (Escola de Frankfurt): repressão e condicionamento nas sociedades capitalistas. Princípios e garantias constitucionais. Evolução histórica do Direito Penal. Funções do Direito Penal. Tendências punitivas do Direito Penal. Garantismo jurídico-penal. Racionalidade da Pena. A teoria da ação comunicativa e a contribuição de Jurgen Habermas. Sistema Carcerário, Humanização dos Presídios e Sistema Penal Garantista. Os Direitos Humanos na contemporaneidade. Democracia e Direitos Humanos. Sistema Penale Direitos Humanos.			
2 OBJETIVOS			
2.1 Geral: Investigar a tutela dos direitos humanos no Estado Democrático de Direito, levando-se em consideração as diversas tendências punitivas do Direito Penal e o movimento garantista. Introduzir a Criminologia Crítica como perspectiva macrossociológica do sistema penal.			
2.2 Específicos: 1. Analisar a proteção aos Direitos Humanos numa perspectiva macrossociológica a partir da Criminologia Crítica de Alessandro Baratta. 2. Investigar as funções do Direito Penal no Estado Democrático de Direito. 3. Investigar a racionalidade da pena no atual estágio repressivo nas sociedades capitalistas. 4. Estudar as diversas tendências punitivas e abolicionistas da atualidade. 5. Investigar os desafios do Direito Penal para a salvaguarda dos Direitos Humanos. 6. Pesquisar as violações aos Direitos Humanos no Brasil. 7. Pesquisar o papel das Cortes Internacionais de Direitos Humanos.			
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
1. A concretização dos direitos humanos no Estado Democrático de Direito. 2. Introdução à Criminologia Crítica: princípios metodológicos. 3. Teoria Crítica e sociedade do consumo. 4. Sistema Penal e Direitos Humanos na sociedade do consumo. 5. Alternativas à prisão cautelar conforme os preceitos da Criminologia Crítica. 6. Princípios constitucionais penais. 7. Garantismo jurídico-penal. O garantismo de Luigi Ferrajoli. 8. Princípios fundamentais do Direito Penal. 9. Funções do Direito Penal no Estado Democrático de Direito. 10. Direito penal máximo e direito penal mínimo. 11. Direito Penal e dignidade da pessoa humana. 12. Direito penal do inimigo, violência e Direitos Humanos. 13. Criminalização da miséria, desigualdade social, exclusão social e encarceramento. 14. Pena e racionalidade comunicativa. 15. Violações de Direitos Humanos no sistema penal. 16. Democracia e legitimação do Direito Penal. 17. As Cortes Internacionais e os Direitos Humanos.			
4 METODOLOGIA			
1. Ensino: Considerar-se-á, quanto à metodologia, além da aula expositiva, a aplicação de outras técnicas de ensino- aprendizagem, envolvendo debates, discussão de temas e trabalhos em grupo. Ênfase na perspectiva crítica.			

2. **Avaliação:** A avaliação considera a efetiva participação dos estudantes e a presença em sala de aula. O estudante deverá produzir 1 (um) artigo científico, com observância das normas da ABNT, para fins de publicação.

Será considerado **reprovado** o aluno que:

- a) Obter presença inferior a 75% na disciplina;
- b) Serão, ainda, consideradas, no âmbito da participação em sala de aula, a pontualidade e a presença em classe. Sopesados todos esses elementos, os professores responsáveis de cada disciplina cursada atribuirão uma nota, que variará entre 0 (zero) a 10 (dez).
- c) Considerar-se-á igualmente reprovado o aluno que não entregar, no prazo estipulado, as avaliações e os trabalhos designados pelo docente.
- d) Obter aproveitamento insatisfatório no exame de proficiência em língua estrangeira, realizado ao longo do Mestrado e nas datas estabelecidas.

5 BIBLIOGRAFIA

5.1. Básica:

ABI-MERSHED, Elizabeth. **The inter-american human rights system and the role and rights of judges**. In: Revista ESMAT. v. 12, n. 20. Palmas: ESMAT, 2020.

ALLER, Germán. **El derecho penal y la víctima**. Buenos Aires: B de F, 2015.

AMARAL, Augusto Jobim do; DIAS, Felipe da Veiga. Media criminology in Brazil: algorithms and new geopolitic control developments. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 123, p. 211-254, 2021.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

CALABRICH, Bruno; FISCHER, Bruno; PELELLA, Eduardo. (Org.). **Garantismo penal integral: questões penais e processuais, criminalidade moderna e aplicação do modelo garantista no Brasil**. 4 ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2017.

CERÉ, Jean-Paul. **Le droit à la santé et la prison: quelle protection, quels enjeux?** Comité International des pénalistes francophones. Paris: L'Harmattan, 2017.

CORDINI, Nicolás S. Harmonization of criminal law: a multi-actors process moving at different speeds in argentine legislation. **Revista de Estudos Criminais**. v. 21, n. 84, p. 13-49. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2021.

DUARTE, José Henrique. **Banir o delinquente, salvar o homem: a mediação penitenciária, uma ferramenta reeducativa ao serviço da convivência e disciplina prisional**. Lisboa: Almedina, 2013.

GARIBALDI, Gustavo E.L. **Monitoreo electronico de personas vinculadas al sistema penal: un cuarto de siglo desde el comienzo de su implementación en Argentina a través de una prueba piloto en la provincia de Buenos Aires**. In: Revista ESMAT. v. 14, n. 23. Palmas: ESMAT, 2022.

GIACOIA, Gilberto; HAMMERSCHMIDT, Denise. **La cárcel: la experiencia histórica bajo las perspectivas criminológicas**. Lisboa: Editorial Juruá, 2012.

GIACOMOLLI, Nereu. J.; EILBERG, Daniela D. Sistemas carcerários na América Latina: standards internacionais para o tratamento das pessoas privadas de liberdade, à luz dos Cases da Corte IDH. **Caderno de relações internacionais**, v. 9, p. 05-37, 2019.

GRILLO, Marcelo Gomes Franco. **Direito processual e capitalismo**. São Paulo: Dobra Universitária, 2017.

GOUVILLE, Pauline Le Monnier de. Droit pénal et terrorisme. In: **Revista ESMAT**. v. 12, n. 20. Palmas: ESMAT, 2020.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da ação comunicativa**. V. 1. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

_____. HABERMAS, Jürgen. **Teoria da ação comunicativa**. V. 2. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

KHALED Jr., Salah. **Sistema penal e poder punitivo**: estudos em homenagem ao Prof. Aury Lopes Jr. 2. ed. Belo Horizonte: Casa do Direito, Letramento, 2020.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. Controle da execução penal como instrumento de proteção dos direitos humanos: uma análise comparada entre Brasil e França. **Revista Novos Estudos Jurídicos**, v. 27, p. 146-165, 2022.

LOPES JR., Aury.; MATIDA, J. Princípio de presunção de inocência e princípio de vitimização: uma convivência impossível. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 185, p. 85-100, 2021.

MACHADO, Vitor Gonçalves; FREIRE JÚNIOR, Américo Bedê. As decisões dos juízes e tribunais brasileiros são racistas?: uma análise crítica sobre decisões judiciais, interpretação jurídica e racismo estrutural. **Revista Meritum**, v. 17, p. 323-341, 2022.

MOREIRA, N. C.; MOREIRA JUNIOR, Ronaldo F. Seletividade penal no estado de exceção permanente: um estudo sobre a exclusão dos dados sobre a violência policial no relatório de direitos humanos. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 188, p. 423-444, 2022.

OLIVEIRA, Tarsis Barreto. **Pena e racionalidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

ROCHA, Alexandre Sérgio da. **Responsabilidade como humanismo**. V. 1 a V. 4. Ação humana: origem e contexto. Curitiba: Juruá, 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang; SARLET, G. B. S. Freedom of expression and hate speech regulation in social media platforms: considerations on the example of the so-called german network enforcement act (Netzwerkdurchsetzungsgesetz). **Revista de derecho constitucional europeo**, v. 18, p. 1, 2021.

SILVA, Fernanda Duarte L. L. da; IORIO FILHO, R. M. Giving content to human rights and transnational judicial dialogue: is there an anthropological challenge to be faced? The case of Brazilian Amnesty the Law, through the eyes of the Brazilian Supreme Court and the IACtHR. **Revista Juris Poiesis**, v. 24, p. 288-295, 2021.

SÖHNGEN, Clarice Beatriz da Costa; GIOVANAZ, Ivana Oliveira. Collective asphyxia: the impact of disputes between the state and criminal groups on the trajectories of adolescents residents. **Scientific Journal of Applied Social and Clinical Science**, v. 2, p. 2-10, 2022.

STRECK, Lenio Luiz; BHERON ROCHA, Jorge; MUNIZ, Gina Ribeiro Gonçalves. A impossibilidade de decretação, de ofício, da prisão preventiva em um processo penal parametrizado pelo sistema acusatório. **Revista Direito e Justiça**, v. 22, p. 139-156, 2022.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Direito penal e criminologia sociológica: integração e desintegração. In: **Revista ESMAT**. v. 13, n. 22. Palmas: ESMAT, 2021.

5.2. Complementar:

APOLO, Alejandra; SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Memoria y justicia transicional para tiempos democráticos?: análisis del caso de la comisión de la verdad de Ecuador desde una perspectiva crítica. **Revista Direito e Práxis**, v. 13, p. 118-141, 2022.

ARANDA, Enrique Díaz; CONTRERAS, Catalina Ochoa; ROXIN, Claus. **Proceso penal acusatorio**. Ciudad de México: Editorial Flores, 2019.

BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo; SOUZA, Alberto Dias de. The absurd of brazilian legal theory in pandemic times: thoughts from the novel "the plague", by Albert Camus. Anamorphosis: **Revista Internacional de Direito e Literatura**, v. 7, p. 471-501, 2021.

CARVALHO, Mayara de. O diálogo como forma de 'fazer as pazes': uma introdução à comunicação não-violenta e aos compromissos toltecas. **Revista Horizonte Teológico**, v. 1, p. 23-34, 2019.

OLIVEIRA, Tarsis Barreto. Inflación legislativa y simbolismo jurídico en las reformas del derecho penal y procesal penal en Brasil. **Revista ESMAT**, v. 13, p. 317-332, 2021.

OLIVEIRA, Tarsis Barreto; SOARES, Paulo Sérgio Gomes. Judicialization as a way to guarantee the prisoner's right to work: right to sentence redemption, resocialization and reduction of criminal recidivism in Palmas, Tocantins, Brazil. **International Journal of Humanities and Social Science Invention**, v. 9, p. 64-69, 2020.

OLIVEIRA, Tarsis Barreto; OLIVEIRA FILHO, Enio Walcácer; SOARES, Paulo Sérgio Gomes. **Sistema penal e direitos humanos**. São Paulo: Perse, 2015.

PERLINGEIRO, Ricardo. Análisis comparativo de los sistemas de justicia administrativa en América Latina. **Estudios Socio-Jurídicos**, v. 24, p. 1-34, 2022.

REBUT, Didier. **Droit pénal international**. 4. ed. Paris: Dalloz, 2022.

REVUE INTERNATIONALE DE DROIT PÉNAL. Association Internationale de Droit Pénal. 85° année. 1er/2e trimestres. Toulouse, France: Editions Erès, 2014.

_____. Association Internationale de Droit Pénal. 86° année. 3e/4e trimestres. Toulouse, France: Editions Erès, 2015.

SANDEL, Michael. **Justiça: o que é fazer a coisa certa**. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Estudos de direito penal**. V. III. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

TAVARES FERREIRA, Ana Lúcia. Mulheres e encarceramento: evolução normativa para além da maternidade. **Revista Interdisciplinar de Direito**, v. 17, p. 71-88, 2019.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; SANTOS, Ilison Dias dos. Sobre a republicação de criminologia crítica e crítica do direito penal. In: **Revista ESMAT**. v. 13, n. 21. Palmas: ESMAT, 2021.

**PROGRAMA DE DISCIPLINA
TECNOLOGIAS APLICADAS A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**

INFORMAÇÕES GERAIS

Código:	Créditos: 02	Carga Horária: 30 horas-aula	Tipo: Optativa
----------------	---------------------	-------------------------------------	-----------------------

Prof. Dr. Valter Moura Prof. Des. Marco Vilas Boas	Matrícula:
---	-------------------

1 EMENTA

Informática jurídica e direito da internet. Informática jurídica e ferramentas do Judiciário. A informatização dos processos no Brasil. Análise dos trabalhos nacionais e internacionais sobre tecnologia da informação voltada para o Poder Judiciário. Necessidade, eficiência e viabilidade do processo eletrônico. Celeridade processual, técnicas e procedimentos informatizados. Acesso a bases de dados e catalogação processual. Oficialidade dos atos judiciais e informatização dos procedimentos. Etapas de desenvolvimento dos procedimentos eletrônicos. Expediente e andamento processual: técnicas e dinâmicas de organização. Fundamentos de Sistemas de Informação. Classificação dos sistemas de informação. Conceitos básicos de redes de computadores: Tipos de redes. Inteligência Artificial. Direito na era digital.

2 BIBLIOGRAFIA

CARMO, Valter Moura do; GERMINARI, Jefferson Patrik; GALINDO, Fernando. The advances of the Brazilian judicial system and the use of artificial intelligence: opposite or parallel ways towards the effectiveness of justice? Revista Jurídica: Unicuritiba, v. 4, n. 57, p. 249-283, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.21902/revistajur.2316-753X.v4i57.3773>. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/3773>.

HARARI, Yuval Noah. Homo Deus: uma breve história do amanhã. Tradução: Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

RUSSELL, Stuart; NORVIG, Peter. Inteligência Artificial. 3. ed. São Paulo: GEN LTC, 2013.

SCHUWAB, Klaus. Quarta revolução industrial. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2019.

ZENI, Paulo César. Fundamentos do Processo Judicial Eletrônico: e a defesa dos Direitos no ciberespaço. Belo Horizonte: Forum, 2019.

Complementar:

BARRAUD, Boris. Les blockchains et le droit. Revue Lamy Droit de l'immatériel, 147, pp.48-62, 2018. Disponibilidade em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01729646/>.

D'APONTE, Marcello. Les nouvelles technologies et le respect de la vie privée du travailleur dans la jurisprudence de la CEDH. Revue de droit comparé du travail et de la sécurité sociale, n. 2, pp. 84-95, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/rdctss.554>. Disponibilidade em: <http://journals.openedition.org/rdctss/554>.

GALINDO, Fernando; MOURA DO CARMO, Valter. Libertad e Internet?. DIXI – Journal of legal studies, v. 19, n. 26, p. 73-83, 2017. DOI: <https://doi.org/10.16925/di.v19i26.1952>. Disponível em: <https://revistas.ucc.edu.co/index.php/di/article/view/1952>.

HAN, Byung-Chul. Sociedade da Transparência. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LANNESE, Yuri Nathan da Costa; MIRANDA, Marina da Costa; BAGNOLI, Vicente. Revolução 4.0: justiça, desenvolvimento e desigualdades. In: ROVER, Aires Jose; PINTO, Danielle Jacon Ayres; HARTMANN PEIXOTO, Fabiano; CELLA, José Renato Gaziero. Direito, Governança e Novas Tecnologias III. Florianópolis: CONPEDI, 2020. p. 221-240. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/nl6180k3/9ncrfuu0/Bcg0sW4z3Pxo5MWI.pdf>.

LARA, Caio Augusto de Souza. O acesso tecnológico à justiça: por um uso contra hegemônico do big data e dos algoritmos. 2019. TESE (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/DIRS-BC6UDB>.

LEE, Kai-Fu. Inteligência Artificial: como os robôs estão mudando o mundo, a forma como amamos, nos relacionamos, trabalhamos e vivemos. Tradução de Marcelo Barbão. Rio de Janeiro: Globo livros, 2019.

MORAIS, Fausto Santos de; CARINI, Lucas. Governança Ética para Construção de Confiança em Sistemas de Inteligência Artificial. PRIM@ FACIE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB, v. 19, n. 40, p. 1-26, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie/article/view/48406>.

MOTZFELDT, Hanne Marie. Public digitalisation and administrative law. In: P. Aagaard Nielsen & J. Olsen (Eds.), Public Law. Copenhagen: Hans Reitzels Forlag, 2022. p. 8-50.

MUÑOZ GUTIÉRREZ, C. La discriminación en una sociedad automatizada: Contribuciones desde América Latina. Revista Chilena de Derecho y Tecnología, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 271–307, 2021. DOI: 10.5354/0719-2584.2021.58793. Disponível em: <https://rcht.uchile.cl/index.php/RCHDT/article/view/58793>.

OLIVEIRA, Bruno Bastos de; PORTUGAL, Heloisa Helena de Almeida; GERMINARI, Jefferson Patrick; CARMO, Valter Moura do; PLETI, Etienne Luiza Ferreira (org.). Direito digital e desenvolvimento: contribuições à sociedade informacional. Uberlândia: LAECC, 2021.

SANTOS, Paloma Maria; ROVER, Aires Jose. Processos de gestão do conhecimento fomentados pelos portais dos tribunais das 27 ufs do brasil. *Informação & Informação*, v. 25, n. 4, p. 599-621, 2020. DOI: 10.5433/1981-8920.2020v25n4p599.

Disponível em:

<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/152166>. SCHIEFLER, Eduardo André CarvalhO

PROGRAMA DE DISCIPLINA TECNOLOGIAS APLICADAS À PRESTAÇÃO JURISDICIONAL			
INFORMAÇÕES GERAIS			
Código: CHU1531	Créditos: 02	Carga Horária: 30 horas-aula	Tipo: Obrigatória
Professor: Prof. Dr. Valter Moura do Carmo Prof. Des. Marco Vilas Boas			Matrícula:
1 EMENTA			
Informática jurídica e direito da internet. Informática jurídica e ferramentas de Judiciário. A informatização dos processos no Brasil. Análise dos trabalhos nacionais e internacionais sobre tecnologia da informação voltada para o Poder Judiciário. Necessidade, eficiência e viabilidade do processo eletrônico. Celeridade processual, técnicas e procedimentos informatizados. Acesso a bases de dados e catalogação processual. Oficialidade dos atos judiciais e informatização dos procedimentos. Etapas de desenvolvimento dos procedimentos eletrônicos. Expediente e andamento processual: técnicas e dinâmicas de organização. Fundamentos de Sistemas de Informação. Classificação dos sistemas de informação. Conceitos básicos de redes de computadores: Tipos de redes. Inteligência Artificial. Direito na era digital.			
2 OBJETIVOS			
2.1 Geral: Atualmente o profissional da área jurídica, e afins, necessita desenvolver conhecimentos e habilidades na esfera digital. Precisa ir além de saber digitar ou operar computadores, mas também aprender como os computadores raciocinam para suporte a tomada de decisão, quais recursos são e/ou podem ser utilizados.			
2.2 Específicos: - Entender os fundamentos básicos do processo eletrônico, dos sistemas de informação, da inteligência artificial, da segurança da informação e do direito digital; - Promover pesquisas para as novas relações jurídicas que se estabelecem em decorrência das novas e avançadas tecnologias; - Habilitar o profissional do Direito para a análise da utilização da Informática e suas consequências jurídicas.			
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
- Revoluções tecnológicas e Sociedade da Informação. Quarta Revolução Industrial e Sociedade Digital. Ciberespaço e Sociedade em Rede. - Informática jurídica e direito da internet. Informática jurídica e ferramentas de Judiciário. A informatização dos processos no Brasil. Análise dos trabalhos nacionais e internacionais sobre tecnologia da informação voltada para o Poder Judiciário. - Necessidade, eficiência e viabilidade do processo eletrônico. Celeridade processual, técnicas e procedimentos informatizados. Acesso a bases de dados e catalogação processual. Oficialidade dos atos judiciais e informatização dos procedimentos. - Etapas de desenvolvimento dos procedimentos eletrônicos. Expediente e andamento processual: técnicas e dinâmicas de organização. - Fundamentos de Sistemas de Informação. Classificação dos sistemas de informação. Conceitos básicos de redes de computadores: Tipos de redes. - Direito na era digital: lawtechs e legaltechs. - Inteligência Artificial. Resolução de problemas. Métodos de busca. Conhecimento e raciocínios precisos e imprecisos. Aprendizagem de Máquina. Mineração de dados.			

4 METODOLOGIA

Considerar-se-á, quanto à metodologia, além da aula expositiva, a aplicação de outras técnicas (inclusive ativas) de ensino-aprendizagem, envolvendo debates, discussão de temas e trabalhos em grupo.

2 Avaliação:

- Exercícios e participação
- Trabalho final: elaboração de artigo para posterior submissão em periódico indexado.

5 BIBLIOGRAFIA

5.1 Básica:

CARMO, Valter Moura do; GERMINARI, Jefferson Patrik; GALINDO, Fernando. The advances of the Brazilian judicial system and the use of artificial intelligence: opposite or parallel ways towards the effectiveness of justice? **Revista Jurídica**: Unicuritiba, v. 4, n. 57, p. 249-283, 2019. DOI:

<http://dx.doi.org/10.21902/revistajur.2316-753X.v4i57.3773>. Disponível em:

<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/3773>. Acesso em: 25 jun. 2022.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus**: uma breve história do amanhã. Tradução: Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

RUSSELL, Stuart; NORVIG, Peter. **Inteligência Artificial**. 3. ed. São Paulo: GEN LTC, 2013.

SCHUWAB, Klaus. **Quarta revolução industrial**. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2019.

ZENI, Paulo César. **Fundamentos do Processo Judicial Eletrônico**: e a defesa dos Direitos no ciberespaço. Belo Horizonte: Forum, 2019.

5.2 Complementar:

BARRAUD, Boris. Les blockchains et le droit. **Revue Lamy Droit de l'immatériel**, 147, pp.48- 62, 2018. Disponibilité dans: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01729646/>. Consulté le 05 décembre 2021.

D'APONTE, Marcello. Les nouvelles technologies et le respect de la vie privée du travailleur dans la jurisprudence de la CEDH. **Revue de droit comparé du travail et de la sécurité sociale**, n. 2, pp. 84-95, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/rdctss.554>. Disponibilité dans:

<http://journals.openedition.org/rdctss/554>. Consulté le 05 décembre 2021.

GALINDO, Fernando; MOURA DO CARMO, Valter. Libertad e Internet?. **DIXI – Journal of legal studies**, v. 19, n. 26, p. 73-83, 2017. DOI: <https://doi.org/10.16925/di.v19i26.1952>.

Disponível em: <https://revistas.ucc.edu.co/index.php/di/article/view/1952>. Acesso em: 25 jun. 2022.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da Transparência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. LANNES, Yuri Nathan da Costa; MIRANDA, Marina da Costa; BAGNOLI, Vicente. Revolução 4.0: justiça, desenvolvimento e desigualdades. In: ROVER, Aires Jose; PINTO, Danielle Jacón Ayres; HARTMANN PEIXOTO, Fabiano; CELLA, José Renato Gaziero.

Direito, Governança e Novas Tecnologias III. Florianópolis: CONPEDI, 2020. p. 221-240. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/nl6180k3/9ncrfuu0/Bcg0sW4z3Pxo5MWI.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

LARA, Caio Augusto de Souza. **O acesso tecnológico à justiça**: por um uso contra hegemônico do big data e dos algoritmos. 2019. TESE (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/DIRS-BC6UDB>. Acesso em: 25 jun. 2022.

LEE, Kai-Fu. **Inteligência Artificial**: como os robôs estão mudando o mundo, a forma como amamos, nos relacionamos, trabalhamos e vivemos. Tradução de Marcelo Barbão. Rio de Janeiro: Globo livros, 2019.

MORAIS, Fausto Santos de; CARINI, Lucas. Governança Ética para Construção de Confiança em Sistemas de Inteligência Artificial. **PRIM@ FACIE**: Revista do Programa de Pós- Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB, v. 19, n. 40, p. 1-26, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie/article/view/48406>. Acesso em: 25 jun. 2022.

MOTZFELDT, Hanne Marie. Public digitalisation and administrative law. In: P. Aagaard Nielsen & J. Olsen (Eds.), **Public Law**. Copenhagen: Hans Reitzels Forlag, 2022. p. 8-50.

MUÑOZ GUTIÉRREZ, C. La discriminación en una sociedad automatizada: Contribuciones desde América Latina. **Revista Chilena de Derecho y Tecnología**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 271– 307, 2021. DOI: 10.5354/0719-2584.2021.58793. Disponível em: <https://rchdt.uchile.cl/index.php/RCHDT/article/view/58793>. Acesso em: 5 dic. 2021.

OLIVEIRA, Bruno Bastos de; PORTUGAL, Heloisa Helena de Almeida; GERMINARI, Jefferson Patrick; CARMO, Valter Moura do; PLETI, Etienne Luiza Ferreira (org.). **Direito digital e desenvolvimento**: contribuições à sociedade informacional. Uberlândia: LAECC, 2021.

SANTOS, Paloma Maria; ROVER, Aires Jose. Processos de gestão do conhecimento fomentados pelos portais dos tribunais das 27 ufs do brasil. **Informação & Informação**, v. 25, n. 4, p. 599-621, 2020. DOI: 10.5433/1981-8920.2020v25n4p599. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/152166>. Acesso em: 25 jun. 2022.

SCHIEFLER, Eduardo André Carvalho; HARTMANN PEIXOTO, Fabiano; CRISTOVAM, José Sérgio da Silva. A inteligência artificial aplicada à criação de uma central de jurisprudência administrativa: o uso das novas tecnologias no âmbito da gestão de informações sobre precedentes em matéria administrativa. **Revista do Direito** (Santa Cruz do Sul), v. 3, n. 60, p. 18-34, 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/14981>. Acesso em: 25 jun. 2022.

PROGRAMA DE DISCIPLINA TOMADA DE DECISÃO, EFETIVIDADE E OS DIREITOS HUMANOS			
INFORMAÇÕES GERAIS			
Código:	Créditos: 04	Carga Horária: 60 horas-aula	Tipo: Obrigatória
Prof. Dr. Carlos Rosa Prof. Dr. Tiago Gagliano			Matrícula:
1 EMENTA			
Dentre os temas a serem discutidos estão o modelo decisório, construção do raciocínio jurídico, princípios constitucionais neutros, democracia e protagonismo judiciário, entre outros. Também será apresentado um diagnóstico das condições e possibilidades da efetividade dos direitos humanos nas sociedades contemporâneas. O curso objetiva, entre outros, que os alunos sejam capazes de compreender a matéria decisória no decorrer do tempo e nas diversas escolas do pensamento jurídico, possibilitando o aperfeiçoamento das decisões em um ambiente argumentativo atual. Dessa forma, a realização deste curso contribuirá efetivamente para a melhoria dos trabalhos realizados por esse público em específico, no sentido de garantir decisões judiciais com base em argumentações jurídicas devidamente embasadas.			
2 BIBLIOGRAFIA			
Básica ALEXY, Robert. Conceito e validade do Direito. Tradução de Gercélia Batista de Oliveira Mendes. São Paulo: Martins Fontes, 2011. _____. Teoria da Argumentação Jurídica – A teoria do Discurso racional como teoria da fundamentação jurídica. Tradução de Zilda Hutchinson Schild Silva. Rio de Janeiro: GEN – editora Forense, 2011. _____. Teoria dos Direitos Fundamentais. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2011. _____. A argumentação jurídica como discurso racional. In GADAMER, Hans-Georg. El último dios – la lección del siglo XX – Un diálogo filosófico con Ricardo Dottori. Traducción de José Luis Iturrate Veá. Barcelona: Anthropos Editorial, 2010. FREEMAN, M. Human rights. 3.ed. Cambridge: Polity, 2017. GADAMER, Hans-Georg. Estética y hermenéutica. Madrid: Tecnos, 2006. GADAMER, Hans-Georg. Antología. Salamanca, Ediciones Sígueme, 2001. TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski; OLIVEIRA, Elton Somensi de. Correntes Contemporâneas do Pensamento Jurídico. São Paulo: Manole, 2010. Complementar ABRAMOVICH, Víctor; COURTIS, Christian. Los derechos sociales como derechos exigibles. Madrid: Trotta, 2004 ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento. Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. BICKEL, Alexander M. A ética do consentimento. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1978. CONOR, G; DOUZINAS, C. (eds.) The Cambridge Companion to Human Rights Law. Cambridge University Press, 2012. HONNETH, Axel. Freedom's Right: The Social Foundations of Democratic Life. New York: Columbia University Press, 2014. MARTÍNEZ, Alejandro R. Derechos humanos, Liberación y Filosofía de la realidad histórica. In: MARTÍNEZ, Alejandro R...[et al.]. Teoría Crítica dos direitos humanos no século XXI. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p.15-45. Moyn, Samuel. The Last Utopia: Human Rights in History. Reprint. Belknap Press, 2012. SHELTON, Dinah (ed.) Oxford Handbook of International Human Rights Law. Oxford: Oxford University Press, 2013. SIKKINK, Kathryn, Evidence for Hope. Making Human Rights Work in the 21st Century. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2017. TROPER, Michel. La philosophie du droit. 4. ed. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 2017. ŽIZEK, Slavoj. Violência. São Paulo: Boitempo, 2014. EEMEREN, F. H. van; SNOECK HENKEMANS, A. F. Argumentation: Analysis and evaluation. 2. ed. Londres: Routledge, 2017. GENSOLLEN, M. ¿Oponentes o colegas? Desacuerdo y adversarialidad en la teoría de la argumentación. Quadripartita Ratio, v. 5, n. 10, p. 36-50, 2020. KAUFELD, F.; INNOCENTI, B. A Normative Pragmatic Theory of Exhorting. Argumentation, v. 32, p. 463-483, 2018. MARRAUD, H. En buena lógica: Una introducción a la teoría de la argumentación. Guadalajara: Editorial UdeG, 2020. MARRAUD, H. De las 7 maneras de contraargumentar. Quadripartitaratio, v. 2, n. 4, p. 52-57, 2017. MARRAUD, H. La fuerza lógica de los argumentos a la luz del extraño caso de los comedores de ajo crudo: Un comentario a “Argumentos fuertes” de Ch. Tindale y R.M. Barrientos. Revista Iberoamericana de Argumentación, n. 24, p. 72-84, 2022. YORIS-VILLASANA, C. La fuerza de los argumentos y la perspectiva retórica. Revista Iberoamericana de Argumentación, n. 21, p. 1-30, 2020.			